



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA N.º 08/2006

3ª Sessão Extraordinária de 2006

14 de Dezembro de 2006

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia.

Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães, Vítor Pedro da Conceição Gonçalves, conforme constam da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Clotilde Cunha e Silva, Carlos Manuel Reis dos Santos, Filipe Eduardo Miranda Ferreira, João de Matos Bernardino, António Alberto Alves Nunes.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fazia representar nesta Sessão pelo Senhor Miguel Lourenço Ascensão (Documento em anexo à presente Acta).

Verificado o Quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, ao abrigo do nº 1 do Art. 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes, do PSD, no período de onze a trinta e um de

Dezembro de dois mil e seis (Documento anexo à presente Acta), o Senhor Augusto Ferreira Guedes, do PS, no período de um a trinta de Dezembro de dois mil e seis (Documento anexo à presente Acta), o Senhor António Manuel Baptista Borges, da CDU (Documento anexo à presente Acta), o Senhor Miguel da Silva, Figueiredo Lourenço, da CDU (Documento anexo à presente Acta), o Senhor João Nuno Calado Pimenta Lopes, da CDU, no período de onze a dezanove de Dezembro de dois mil e seis (Documento anexo à presente Acta).

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pelo PSD o Senhor Francisco José Parra Currinha (Documento anexo à presente Acta), pelo PS o Senhor Rui André Mendes de Medeiros, (Documento anexo à presente Acta), pela CDU o Senhor Vasco Miguel Ricardo Aleixo, a Senhora Celina José Caro Pina e o Senhor Amadeu da Ressureição Lopes Moreira (Documentos anexos à presente Acta).

Não foi dada posse à Senhora Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães, por não se encontrar presente (Documento anexo à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Art. 22. do Decreto-lei n.º 199, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público para prestação de Serviços de Limpeza em Diversas Instalações Municipais – Abertura (Proposta n.º.470/2006)”*;

2 - Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Art. 22º. Do Decreto-Lei n.º. 197/99, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviços de Vigilância em Diversas Instalações Municipais – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato (Proposta n.º.471/2006)”*;

3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Art. 22º. do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Ajuste Directo para Aquisição de Serviços de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Licenciamento de equipamento Informático – Adjudicação de Serviços de Licenciamento de Equipamento Informático – Adjudicação(Propostas n.º.476/2006)”;

4 – Apreciação e votação, nos termos do n.º.6 do Art. 22º. Do Decreto-lei n.º. 197/99, de 8 de Junho da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Vigilância (Proc.º. 113/05) – Renovação do Contrato e Respectiva Minuta (Proposta n.º. 484/200)”*;

5 – Apreciação e votação, nos termos do n.º.6 do Art. 22º. do Decreto-lei n.º.197/99, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para prestação de serviço de limpeza (Proc.º.93/05) – Renovação do Contrato e respectiva Minuta (proposta n.º. 484/2006)”*;

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º. 1 do Art. 87º. Da Lei n.º.169/99, de 18 de Setembro, de *“Projecto de Moção sobre a Situação da ex. Sorefame”*.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, de seguida colocou a Ordem do Dia à discussão.

Senhor Deputado António Carixas: “Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a CDU, como é de seu conhecimento, e estou agora a dar conhecimento à Assembleia, faz uma proposta de alteração da sequência das matérias fixadas na Ordem de Trabalhos, o que nós propomos à Assembleia, é que o ponto n.º. 6, Apreciação e Votação do Projecto de Moção sobre a Situação da ex-Sorefame, passo para primeiro lugar, decorrendo depois os outros pontos, o primeiro para segundo, assim sucessivamente, por dois motivos principais, o primeiro, é que a CDU tomou uma iniciativa de agendar uma proposta de realização de uma Assembleia Extraordinária, a segunda justificação da nossa proposta de alterar a sequência das matérias fixadas na Ordem de Trabalhos, tem a ver com a presença de vários trabalhadores da ex-Sorefame, portanto, consideramos que é pertinente, urgente, colocar esta proposta, por isso propomos à Assembleia a alteração da sequência, o ponto 6 para primeiro, e depois decorrendo os outros, muito obrigado.”

Senhora Deputada Ana Venâncio: “Boa noite a todos os presentes, a Bancada do Partido Socialista não concorda com esta posição, na medida em que, esta definição da Ordem de

Trabalhos foi de certa forma discutida na Conferencia de Líderes, não se suscitou por parte da CDU nenhum tipo de alteração nessa altura, e agora aqui na Assembleia, é que se pretende essa alteração sem que nenhum motivo o justifique, há aqui outras matérias, de igual relevância, ou maiores, de certa forma, que seja respeitado a Ordem de Trabalhos que está fixada e que foi definida em Conferencia de Líderes, boa noite.”

Senhor Deputado António Santos: “Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, é comum, durante campanhas eleitorais e nos discursos políticos mais inflamados, referimo-nos ao poder autárquico, como ao poder que acentua, e que é a primeira ordem de grandeza e proximidade entre as populações e aqueles que são eleitos, portanto, aqueles que elegem, e os que são eleitos, não há nenhum motivo para alterar a Ordem de Trabalhos, não há nenhuma razão, nós temos nesta Ordem de Trabalhos várias discussões sobre Planos Plurianuais, que é uma questão formal, é discutir se renovamos ou não renovamos contratos que são estabelecidos há anos, e nós temos aqui, na Assembleia, vários trabalhadores da Sorefame, que ficaram sem emprego, que não sabem qual é o seu futuro, e mais do que isso, que estão preocupados com aquilo que é a política que a economia nacional vai ter em relação às empresas que estão afixadas, e que estão afixadas na Amadora, não há nenhum motivo, então a Senhora Deputada acha que discutir Planos Plurianuais, a renovação de contratos que já foram estabelecidos há anos, tem qualquer comparação com a vida difícil que estas pessoas têm aqui, oh Senhora Deputada, é uma questão de respeito, pela nossa qualidade de membros eleitos, por aquelas pessoas que nos elegeram, aquelas, e aquelas que estão lá fora, respeitarmos em primeiro lugar os problemas de primeira grandeza que eles têm neste momento, é uma questão de respeito, é uma questão de dignidade, não é sua, não é minha, é uma questão de dignidade deste próprio Organismo, enquanto Instituição Política, obrigado.”

Senhor Deputado Armando Paulino: “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa noite, eu depois desta aula de filosofia, com acordos de demagogia dada aqui pelo nosso companheiro do Bloco de Esquerda, quase me apeteceu não vir aqui, na verdade os trabalhadores estão fartos de filosofia barata, e não é isso que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

pretende, o que nós queremos aqui, e entenderão com certeza todas as pessoas que aqui estão presentes, é que seja cumprida uma Ordem de Trabalhos, em que está considerado, e consignado o ponto de discussão sobre a Sorefame, mas também estão considerados e consignados outros assuntos de relevância também importante, e que eu não ponho em nenhum pé de igualdade os trabalhadores com os outros pontos de Ordem de Trabalho, acho que tudo é importante para o Concelho da Amadora, e o que nós queremos, é seguir aqui a metodologia que foi previamente acordada antes destas filosofias e demagogias baratas, por isso, vir para aqui à frente dos trabalhadores fazer este tipo de discurso, quando numa comissão em que todos os Partido estavam representados acertámos esta Ordem de Trabalhos, e concordámos com elas, meus amigos, para este discurso, os trabalhadores estão fartos e eu, pessoalmente também, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Tremço: “Em primeiro lugar, boa noite a todos, eu penso que nós aqui, nos interessava fundamentalmente, é tentar discutir um problema e vermos o que é que nós podíamos fazer no sentido, também, por um lado, tentar que essa luta que tem sido desenvolvida ao longo destes anos, rapidamente tenhamos o problema resolvido o problema que tenhamos em cima da Mesa, por outro lado, já não é a primeira vez, que nós aqui na Assembleia Municipal, alteramos a Ordem de Trabalhos, portanto, não é a primeira vez que alteramos a Ordem de Trabalhos, independentemente, eu não sei o que é que foi discutido, e o que é que foi falado, em relação da Comissão de Trabalho, mas independentemente disso, eu acho que tem uma certa lógica, até porque esta Assembleia, recordemos todos, esta Assembleia, no essencial, era para discutir um problema gravíssimo, que temos a nível do nosso Concelho, temos o problema da Sorefame, portanto, não passa pela cabeça de ninguém, que seja o sexto ponto, por outro lado, não passa pela cabeça de ninguém, que nós façamos esperar aqui os trabalhadores, até à meia-noite, ou um hora, ou até pelo contrário, nesta Assembleia não se discute tão pouco este ponto hoje, isto não passa pela cabeça de ninguém, portanto isto é um problema de bom senso, eu não quero saber agora do resto, eu acho que é um problema de bom senso de todos nós, se não for pelo menos em primeiro, mas que passe para uma hora em que os trabalhadores possam estar aqui connosco a discutir, ouvir-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

discutir este problema, porque o que é fundamental que saia desta Assembleia, é qual é a participação que todos nós podemos ter em conjunto com os trabalhadores, para que rapidamente reabra as instalações, ao fim ao cabo, foi um compromisso assumido pelos vários governos, portanto isto é um problema, penso que não deviam de fazer disto um cavalo de batalha, mas devíamos de fazer disto uma situação diferente, para que nós, hoje, aqui, pudéssemos discutir isto com a presença dos trabalhadores, eu acho que era importante, não é, acho que era importante, os trabalhadores estão aqui preocupados com uma situação que é grave, há três anos que estão no desemprego, o desemprego está a acabar, há três anos que ouvem promessas constantemente, eu acho que o poder autárquico tem um papel importante aqui, portanto, alterarmos a Ordem de Trabalhos não é uma coisa nova, acho que devíamos pensar todos um pouco na situação, e darmos todos um pouco do nosso contributo em relação a isso, não é.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Senhor Presidente, só para dizer que tudo quanto se vai discutir hoje na Assembleia, são assuntos relevantes para o Município, por razões diferentes, entendemos que estas questões que estamos aqui a falar, nomeadamente a questão da Sorefame, é uma questão muito relevante para a Cidade da Amadora e para os trabalhadores, e, portanto, como achamos que tudo é relevante, o nosso sentido de voto é de abstenção em relação alteração da Ordem do Dia, eu, apesar de tudo gostava de transmitir aqui a minha estupefacção perante um facto, é que este assunto da Ordem do Dia foi discutido numa Conferência de Líderes, e, nas costas dos trabalhadores o António Santos do Bloco de Esquerda e o António Carixas da CDU puseram este ponto em último, e à frente dos trabalhadores, querem pô-lo em primeiro, quer dizer, isso é que eu acho verdadeiramente surpreendente, e eu acho que isto devia ser explicado porque que isto não foi, de facto a relevância, não foi mencionado na Conferência de Líderes, de facto é um bocadinho contraditório.”

Senhor Deputado António Santos: “Quero pedir desculpa à Assembleia, por não ter tido a perspicácia necessária, para perceber que devia defender que este ponto fosse o primeiro, as minhas desculpas.”

Senhor Deputado António Carixas: “Senhor Deputado, ou Senhores Deputados, há aqui Deputados que estão a pegar-se à questão formal, o que está aqui em causa não é a questão formal, mas se quiserem ir pela questão formal, então vamos eliminar o Artº. 32 do Regimento, que é também formal, e o que é que ele diz, diz que qualquer Deputado pode pedir esta alteração da sequência, naturalmente que nós poderíamos ter feito isto na reunião da Comissão Permanente, não fizemos, é verdade que não fizemos, devamos tê-lo feito, mas afinal, estamos aqui hoje com oportunidade de o alterar, porque que não o fazemos, há algum problema em o fazer, então se há problema, então elimine-se o Artº. 32, o que dá esse direito a cada Deputado, o que está aqui em causa, é a substância do problema, e, eu lembro-me perfeitamente, na Comissão Permanente, ter sido dito quase no final da reunião, que este último ponto, poderia passar para o dia seguinte, se não acabássemos a Ordem de Trabalhos hoje, então, e vamos obrigar os trabalhadores, o público, a ficar aqui até à uma da manhã, isto para chegarmos à conclusão que não é possível hoje discuti-lo, só porque não dissemos na Comissão Permanente, mas o que é que está aqui em causa, é a forma, ou é a substância do problema, não percebo, é que eu não consigo perceber esta lógica devamos tê-lo feito na Comissão Permanente, então tudo é decidido na Comissão Permanente, e depois, se cometermos algum lapso, se esquecermos de alguma coisa, pronto, está esquecido, não alteramos nada, porque foi decidido na Comissão Permanente, aplicamos a questão formal para não discutirmos o problema, e é isso que os Senhores Deputados querem, não entendo, sinceramente não consigo entender.”

Senhor Deputado Rafael Evaristo: “Boa noite a todos, Senhor Presidente, o que eu gostava de aqui deixar, era apenas uma nota que será a atitude do PSD, naturalmente, que tudo aquilo que seja preservar os postos de trabalho, a criação dos postos de trabalho, quer da Bombardie, que é uma questão que se tem arrastado a nosso ver, há demasiado tempo, e que é necessário, naturalmente, que seja debatida e resolvida, e que necessita a intervenção de todas as Forças do Concelho e do País, porque isto é uma questão nacional, não é apenas uma questão do Concelho que aqui se coloca, no entanto, o que eu venho, de alguma forma a notar, apenas

aqui, como nota, é a questão de o posicionamento que se tem tido, face a este assunto, este assunto é importante que seja tratado com o respeito que merece, e, de alguma forma, com a seriedade que merece, e mais do que isso, com a dignidade que todos os seres humanos, aqui merecem, e pessoas que têm famílias a cargo, e de realidades sociais complicadas, mas aquilo, que apenas aqui queremos deixar, é apenas a situação de oportunidade, apenas achamos isto, mas naturalmente por isto nos abtemos, apenas isto, sem querer naturalmente fazer juízos de valor, o porquê, porquê que se colocou depois, se já se sabia que isto era importante, se calhar a culpa foi de todos, todos nós deveríamos ter colocado isto em primeiro, mas o facto é que foi isto que se decidiu, agora, aquela Força que tem mais liderado estas situações, está se calhar até mais activa nesta situação mesmo, é que acho estranho, vir agora focar este tema, quando podia ter feito antes, mas porquê agora em público, só, muito obrigado.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Boa noite Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, desculpem, mas eu não percebi, não percebi, esta Assembleia, tem ou não tem competências, tem ou não tem capacidade regimental para alterar Ordem de Trabalhos, tem ou não tem, se tem, é para usar, meus caros, se a tem é para a usar, as disposições do Regimento, não estão lá para retóricas, estão lá para serem usadas, são institutos para serem utilizados, e portanto não vamos iludir questões de fundo, com retóricas e demagogia, aí sim, isso é que é retórica e demagogia, o Regimento permite a alteração da Ordem de Trabalhos, e portanto, não é mais do que o cumprimento duma disposição do Regimento a alteração da Ordem de Trabalhos, ponto um, ponto dois, não lhe mudamos a questão de fundo, a questão de fundo é que esta Assembleia não existiria, esta Assembleia não existiria, se a CDU não tivesse tomado a iniciativa do pedido de uma Assembleia Extraordinária, porque, sabe-se, se isto for verdade, se isto for mentira, se isto não for verdade, que lho digam, nenhuma das matérias que foram agendadas a pedido da Câmara Municipal, nesta Assembleia, tem carácter de urgência, inadiável, que não pudesse ser discutido no dia 20 ou no dia 21, portanto, a única matéria, realmente urgente e importante e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

premente que justificava a convocação desta Assembleia Extraordinária, era a discussão do problema da Sorefame, e não faz nenhum sentido, nem sequer é digno para um Órgão de representação política da população que um tema desta natureza, agendado para uma Sessão Extraordinária convocada para este efeito, seja remetida para o último ponto da Ordem de Trabalhos, e é quanto a isto que todos os Senhores Deputados têm que definir qual é a sua responsabilidade em relação a esta questão, porque não vão vir dizer que foi definido na Comissão Permanente, na Comissão Permanente nada é decidido, o que é aquilo que todos nós, cada um de nós, individualmente, com o nosso voto aqui decidimos.”

Presidente da Mesa: “É evidente que o Regimento da Mesa permite tudo isto que está a acontecer, e ainda bem, isto é a casa da democracia, e é isso que estamos aqui a fazer, eu não vou entrar nessa discussão, agora, há aqui algumas situações que são factos, ou seja, o ponto em causa, está na Ordem do Dia, portanto, há aqui uma proposta de alteração dos pontos, portanto não é para eliminar um em detrimento do outro, e portanto a questão da ex-Sorefame, está consignada na proposta da Mesa da Assembleia Municipal, é o primeiro facto que eu gostaria de realçar, e portanto parece que está a ser esquecido, há um segundo facto, que também não é despidendo, há de facto uma Conferencia de Líderes, onde os assuntos são debatidos, e isso é evidente que não haja outro tipo de discussões aqui na Assembleia, obviamente, mas a Conferencia de Líderes, pronunciou-se sobre os pontos, e sobre a ordem dos pontos, portanto, também gostaria, sem fazer mais comentários, gostaria de realçar este facto, dizendo que houve esse trabalho, e portanto, para que não levemos a discussão para outros pontos, porque nós não estamos de facto a discutir nenhum ponto da Ordem do Dia, gostaria de realçar estes dois factos.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, só uma pequena nota, em relação a uma afirmação, primeiro lugar, a Câmara pediu agendamento de uma reunião de uma Assembleia Municipal Extraordinária, segundo lugar, não é Câmara que define a Ordem de Trabalhos, nem o tipo de ordem dos pontos, essa é uma responsabilidade da Assembleia Municipal, da Mesa e da Conferencia de Líderes, como tal, não foi a Câmara que colocou em

ultimo lugar a questão da Sorefame, e por isso, a Câmara, naturalmente, acata aquilo que são as decisões da Assembleia, tanto da Comissão Permanente, como do Plenário, em relação à Ordem de Trabalhos, é esta a nota.”

Senhor Deputado Rafael Evaristo: “A mim bem me queria parecer, eu como não levo as coisas a mal, tenho sempre em mim um lado que olha sempre as coisas com bons olhos, não queria acreditar que o que se estava aqui a tentar fazer, é o que se está a tentar fazer, e o que se está a tentar fazer, de alguma forma, é aproveitar esta celeuma, aproveitar esta questão, para dizer que até neste pequeno ponto, nós somos de alguma forma maus, porque não lhe damos importância devida, porque não estamos ao lado dos trabalhadores, é de forma colocar isto, quer dizer, eu penso que é mau, é estarmos a aproveitar a situação desta forma, é só isto, era apenas isto que eu queria dizer.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Eu pedia aos Senhores Deputados alguma contenção na discussão desta situação, não quero cortar, obviamente a palavra a ninguém, mas eu acho que aquilo que é útil, e que, daquilo que eu ouvi, foi isso que eu percebi, aquilo que é útil, é que entremos na Ordem do Dia, e que façamos a discussão dos pontos, enquanto nós estivermos aqui a discutir esta formalidade, de facto, não temos uma discussão, na minha opinião, o mais útil possível, de maneira, que eu pedia aos Senhores Deputados, alguma brevidade nos comentários, para que possamos passar à votação, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Tremoço: “Senhor Presidente, só para dizer que há coisas, que de facto sinceramente não percebo, eu penso que aqui não está em causa, e nem sequer pôr em causa, isto é uma luta dos trabalhadores, não é uma luta dos Partidos, independentemente da Comissão Permanente, estar de acordo com a Ordem de Trabalhos, nós o que pusemos, e que eu ponho, e cada um de nós em termos do Regimento, temos o direito de o fazer, porque já não é a primeira vez, já não é a primeira vez que temos aqui uma Ordem de Trabalhos, foi discutida por todos os Partidos, e acordada por todos os Partidos, nós chegámos, aqui à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conclusão que havia aqui um ponto que era importante discutir em primeiro lugar, e estamos todos de acordo, e discutimos, eu acho que aqui o que interessa fundamentalmente, é se é ou não é importante, com os trabalhadores aqui presentes, nós discutirmos em primeiro lugar, um aspecto que para nós é importantíssimo aqui para o nosso Concelho, é só, mais nada, e não vale a pena estarmos aqui a servir se é do a, se é do b, se é do c, acho que isto é de importância de todos, e não façamos disto agora um cavalo de batalha, quando é uma coisa tão simples, se todos nós estivermos de acordo em resolver o problema.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado Senhor Deputado, e de acordo com o Regimento, é isso que vamos fazer, caberá aos Senhores Deputados fazer a discussão que entender necessária, e naturalmente proceder à votação de acordo com aquilo que acham que é o mais correcto, e de acordo também com o Regimento, como sabem, eu tenho que pôr à consideração dos Senhores Deputados a proposta da Mesa, tenho que a fazer votar, e depois, fazer votar a proposta de alteração, que logo de seguida vou ler, para que fique registado em Acta, portanto se estiverem de acordo, passaríamos à votação, da proposta que a Senhora Segunda Secretária leu, a proposta da Mesa, Senhores Deputados do PP, nós não percebemos o sentido de voto dos Senhores Deputados, eu peço desculpa, muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou a proposta à votação, sendo aprovada com 25 votos a favor, 9 contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Senhor Presidente da Mesa: “Eu vou passar a ler a proposta que deu entrada na Mesa, e que foi naturalmente aceite, nos termos do nº.4 do Art. 32.º do Regimento da Assembleia Municipal, propomos que a sequência das matérias fixadas para a Sessão de 14 de Dezembro de 2006, seja modificada, no sentido que o ponto nº.6, “Apreciação e Votação de Projecto de Moção sobre a Situação da ex-Sorefame”, seja discutido, como ponto nº.1, da Ordem de

Trabalhos, e passaríamos então a votar esta proposta de alteração, à Ordem do Dia, entretanto aprovada.”

O **Senhor Presidente da Mesa** colocou a proposta de alteração à votação, sendo rejeitada com 18 votos contra, 10 votos a favor e 7 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

III – CORRESPONDÊNCIA

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no nº. 2 do Art. 30º. do Regimento.

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou o Período com a explicação Regimental e inscreveram-se os Senhores: Carlos Perry, Paulo Ferreira, José Clemente, Pedro Nuno.

Senhor Carlos Perry: “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite a todos em primeiro lugar, a minha presença aqui, é mandatada pela Associação de Moradores e Proprietários da Venda Nova, no sentido de apresentar a todas as V. Exas. e as vossas famílias os melhores cumprimentos de Natal, muito obrigado.”

Senhor Paulo Ferreira: “Muito boa noite, estou em representação, na qualidade de Presidente da Associação Cívica de Moradores de Alfovelos, Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara da Amadora, Senhores Vereadores, representantes dos diversos Partidos representados, caros concidadãos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

relativamente à problemática do projecto de execução do IC 17 CRIL, sub lance Buraca/Pontinha, vimos mais uma vez a esta Assembleia, para colocar as seguintes questões: ponto 1, nas duas últimas reuniões havidas entre esta Associação e a Câmara Municipal da Amadora, em Setembro passado, foi-nos afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara, que caso o projecto da CRIL, não fosse de encontro às pretensões da população, não se apresentaria ao lado do Governo, na apresentação oficial deste projecto, nesta perspectiva, questionamos: o que fazia o Senhor Presidente no dia 27 de Outubro, junto do Governo e nas restantes autarquias, que interesse pode defender, que não sejam dos residentes, que outros interesses podem ter levado a que a Câmara Municipal da Amadora tenha chegado a consenso com o Governo sobre o projecto da CRIL, e radiais, sabendo, como sabe, os graves prejuízos de tal projecto, para a população de Alfovelos, e não só, ponto 2, durante uma das citadas reuniões, a de 5 de Setembro, o Presidente, aceitou defender integralmente todas as nossas pretensões, que incluíam a totalidade das vias em túnel, mais tarde, na segunda reunião, no dia 22 de Setembro, não manteve a mesma versão, e a CRIL já passaria em vala aberta, nesta perspectiva, questionamos: porque motivo nos tentou enganar o Senhor Presidente da Câmara da Amadora, alterando, radicalmente a sua posição, quando já tinha tudo negociado com as Estradas de Portugal, 3: como pode o Presidente da Câmara Municipal da Amadora ter uma reunião da Sede da Junta de Freguesia de Alfovelos, com alguns elementos do PS local, apresentando-lhes uma versão do projecto integralmente em túnel em redor de Alfovelos, quando, o projecto da CRIL, que ele bem conhece, e negociou, contempla apenas dois minúsculos túneis na Azinhaga dos Besouros, que representam, menos de 5% do total do traçado que envolverá a Freguesia, 4: que motivos levam a que o Presidente da Câmara da Amadora venda aos socialistas de Alfovelos, um projecto cor-de-rosa, que não corresponde àquele que foi à consulta pública e que directamente negociou com Governo, 5: como pode o Presidente da Câmara da Amadora, sistematicamente afirmar que não sabe nada sobre o projecto da CRIL, quando existem plantas desse mesmo projecto, onde consta a indicação, em como foram elaborados pela própria Câmara Municipal da Amadora, como concluído pelo Instituto do Ambiente, e pela CCDR, Lisboa e Vale do Tejo, com

menção escrita, dessa mesma conclusão do pareceres que efectuaram na última consulta pública, senão, vejamos, e cito: depreendesse pela leitura dos elementos, que no processo de elaboração da presente proposta, a Câmara Municipal da Amadora, participou articulada, com a preponente, de não sendo clara a forma de participação da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que será importante obter essa informação, fim de citação, ponto 6: como pode a Câmara Municipal da Amadora aceitar o actual projecto, quando sabe que as outras alternativas propostas por esta mesma Associação foram efectivamente estudadas pelas Estradas de Portugal, inclusive a famosa solução c, ou seja, do atravessamento pelos terrenos da Falagueira, 7: por todo o atrás exposto, vimos questionar abertamente os eleitos deste Concelho, e nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, sobre o seu modo de actuação, sobre as exposições publicamente assumidas, e sobre a forma, já não negligente mas zelosa, como Alfovelos e os seus habitantes têm vindo a ser tratados, 8: às restantes Forças Políticas, presentes, algumas das quais, que insistem permanecer num silêncio preocupante e absoluto, sobre matéria tão gravosa, colocamos a questão: se pensa impedir esta questão zelosa do Executivo, ou pelo contrário, preferem ser coniventes com este modo de actuação, para que conste, não deixaremos de transmitir, obviamente, à população, o comportamento dos diversos actores, nomeadamente, dos políticos, em toda essa trapaçada. Muito boa noite, bom Natal a todos, e obrigado.”

Senhor José Clemente: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes, é normal eu vir aqui falar na CRIL, hoje não o faço, e porque me sinto triste, depois de ver os trabalhadores da Bombardie, saírem desta sala, vexados, foi horrendo, o que hoje aqui se passou, tenho a certeza absoluta, que se aqui houvesse televisões, com os trabalhadores, para V. Exas. aparecerem, de certeza absoluta, que a Ordem de Trabalhos, não custaria nada a ser alterada, estou solidário com eles, lamento, sinceramente, a forma como estes trabalhadores saíram daqui, eu já fui trabalhador, estou reformado, mas os Senhores, amanhã, poderão ter a certeza absoluta, que eles desmascará-los-ão, depois daquilo que lhes fizeram nesta Assembleia, se eles não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

estivessem presentes, de certeza absoluta, que a Ordem de Trabalhos era alterada, só por eles estarem presentes, talvez por não mostrarem a revolta, é que não alteram a Ordem de Trabalhos, bom Natal.”

Senhor Presidente da Mesa: “Muito obrigado, oh Senhor Município, eu tenho que lhe dizer, que há aqui a garantia do processo democrático, é só o que eu lhe tenho a dizer.”

Senhor Pedro Nuno: “Boa noite a todos, eu venho aqui, como morador da Falagueira, da Junta de Freguesia da Venteira, falar num casario que neste momento se encontra abandonado, junto a uma zona de estacionamento do Parque Delfim Guimarães, e que neste momento, apresenta um avançado estado de degradação, e que está a ser tomado pelos arrumadores, e aparentemente toxicodependentes, que precisam de acompanhamento, e que ao mesmo tempo, nalguns casos, não garantem segurança para as pessoas que por ali passam, julgo que é uma questão de segurança, e uma questão de saúde pública, em segundo lugar, gostava de falar também nos estrangeiros, que se encontram no centro da Amadora, cada vez em maior número, muitas vezes acompanhados por crianças, que aproveitam para ir pedindo dinheiro, julgo que merece a atenção de algum Órgão que possa fazer alguma coisa por eles, e pela qualidade de vida das pessoas que moram na cidade, para finalizar, só um único detalhe, que diz respeito aos caixotes do lixo, que numa grande parte das vezes, ficam abertos depois de serem despejados, não custa muito, o trabalho é o mesmo, é só uma questão de o fazerem bem feito, é só, agradeço a todos, boa noite.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados, tomar uma nota, sobre esta questão do Senhor Pedro, sobre a questão que falou, nas casas abandonadas na zona Delfim Guimarães, bom, nós actuamos, fomos lá, a Protecção Civil fez todo o processo, está em curso um processo de notificação pelos respectivos procedimentos que são necessários, no sentido de posse administrativa, para podermos fazer a demolição, temos todos estes procedimentos, como é evidente, é privado, notificados não fazem, mas

temos todo o procedimento burocrático administrativo, nos quais temos de fazer, no sentido, naturalmente de proceder à demolição, daquela parte, numa das partes que é o pior, que há ali todo um resto, que enfim, está como está, que era preciso uma intervenção mais profunda, é um processo de alguma complexidade, tendo em conta que os diferentes proprietários não se entendem, está ali um conflito de interesses, e de maneira que leva àquela degradação que está, e de facto já tínhamos apercebido, no ponto de vista, daquilo que tem, num sítio de refúgio, nomeadamente de toxicodependentes, que é o que está a acontecer ali, como toda a gente sabe, bom, sobre a questão dos caixotes do lixo, eu não acredito, que são os funcionários da Câmara, quando despejam o lixo não fecham os caixotes, não acredito, pode ser um caso ou outro, mas por norma, não é, naturalmente há muitas pessoas que lá vão, também não o fecham, vão lá por o lixo, às vezes nem o abrem, nem sequer, depois metem o lixo no chão, como sabem, bom, maneira que isto, enfim, são questões de educação, sensibilidade que cada um tem que ter, de qualquer maneira, enfim, as normas que nós temos, não é essa a prática que têm os trabalhadores da Câmara, os trabalhadores da Câmara que trabalham na limpeza, não é naturalmente deixarem os caixotes abertos, não é, enfim, Senhor Paulo Ferreira, estava a pensar se lhe respondia ou não, porque da forma que o meu amigo fala, se calhar, nem vale a pena responder, mas vá, que eu sou mais educado, sou mais educado do que você é, vou responder a algumas questões, só por causa disso, porque há coisas, que consigo já não fale a pena falar, e só respondo, porque estamos na Assembleia Municipal, caso contrário não lhe responderia, fica a saber, porque as pessoas, já lhe disse, têm que ter seriedade, palavra, e não serem troca-tintas, como alguns são, e vou dizer, ouvi o que o Senhor disse, e não interrompi, desculpe lá, ouvi tudo o que disse, e da forma como disse, maneira que o meu amigo também tem de me ouvir, acho que é assim, não é, era o que faltava, que o meu amigo, pusesse em, causa, que agora me pudesse reunir com militantes do PS ou de outro qualquer, era o que faltava, e não esteve lá, só se você estava lá a espreitar, lá por atrás não sei do quê, e por isso não sabe o que é que se lá passou, e o que eu apresentei lá, é aquilo que você não quer aceitar, que sabe que existe um projecto, diferente do que a Câmara anda a defender, o projecto que a Câmara anda a defender, já há meses que já não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

esse, nomeadamente em relação à Azinhaga dos Besouros, sabe disso perfeitamente, mas dá-lhe mais jeito, não sei com que interesses, dá-lhe mais jeito defender aquilo que você diz que é o projecto, e aquilo que foi lá, foi falarmos, no que é que se tinha, entretanto, no âmbito das negociações com a EP, chegar, e conseguir mais do que aquilo que era a base inicial do EP, uma coisa é aquilo que nós queremos, outra coisa é aquilo que os outros cedem, são processos negociais e os processos negociais têm que chegar a consenso, de aproximações, e aquilo que nós tentámos fazer, foi, nós tentamos fazer sempre umas propostas, e aquilo que eu defendi, foi aquilo que eu defendi e que eu falei com vocês, entre aquilo que se consegue e aquilo que se pretende, vai uma grande diferença, e por isso conseguimos melhorar, substancialmente, o traçado da CRIL, no âmbito de negociações de acordo que devidamente tem que existir, das partes, e por isso, dizer esta questão, sobre a questão, de ontem ouvir uma história dessas, se havia outro projecto sobre a cova, uma solução c, c, ou d, ou o que é, ouvi isso, foi uma pergunta, pois, eu quero dizer se o meu amigo que tem esses dados, então, naturalmente, a sua insolência junto da cova, é maior do que a minha, porque eu nunca vi esse projecto feito pela cova, bom, se calhar, a influencia de alguns, é que leva, é que se calhar algumas propostas que nós tenhamos apresentado, não tenha sido aceites pela cova, muito obrigado Senhor Presidente.”

Senhor Presidente da Mesa: “Vamos então passar ao período Antes da Ordem do Dia, como sabem, este período são tratados assuntos gerais de interesse para a Autarquia, e tem a duração máxima de uma hora, improrrogável, distribuída nos Termos Regimentais, informo que o Grupo Municipal da CDU apresentou um projecto de Moção, para ser apreciado neste período, e que foi, naturalmente admitido pela Mesa, quer fazer uma intervenção?”

Senhor Deputado Luís Guarita: “É para propor uma homenagem, há dias faleceu um nome enorme para mim, e creio que para muitos nós, das letras portuguesas, uma pessoa gigante, a meu ver, no século XX portuguesa e na poesia, que todos nós gostamos, e que todos nós, e que eu em particular admiro, por um lapso momentâneo no século XX, ele nasceu na Amadora, nasceu na Damaia, eu não sabia, sobe-o através do jornal “O Público”, eu acho que




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

a Amadora lhe deve esta homenagem, e eu ia propor que todos nós fizéssemos um minuto de silêncio em memória de Mário Cesariny de Vasconcelos.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Dizia eu aos Senhores Deputados, que o Grupo Municipal da CDU apresentou um projecto de Moção, para ser apreciado e votado neste período Antes da Ordem do Dia, que foi admitido pela Mesa. (Documento anexo na presente Acta).

Senhor Presidente da Câmara: “Eu só queria falar sobre esta matéria, tendo em conta que um dos pontos que aqui está, diz que, o Serviço se verifica assim, uma paralisia absoluta dos Poderes Instituídos, bom, eu não sei se os Poderes Instituídos, estão a falar da Câmara e da Assembleia Municipal, penso que não, e sobre esta matéria, dizer o seguinte, algumas das pessoas, naturalmente sabem, que o que foi a intervenção que a Câmara teve, tive oportunidade de receber o sindicato e os trabalhadores da Pereira da Costa, tive oportunidade de pedir um agendamento da Comissão de Trabalho da Assembleia da República, no sentido de fazermos ver a valer a posição dos trabalhadores e o que estava em causa, foi com os trabalhadores e com o sindicato à reunião com a Comissão de Trabalho, enfim, não recebemos ainda o relatório da Comissão, dedicámos a enviar mas ainda não recebemos, naturalmente há-de ser enviado, tive oportunidade de seguir, de pedir ao Senhor Ministro do Emprego e Solidariedade, no sentido de alertar para esta questão, primeiro em relação à não actuação, no fundo, aquilo que foi dito e transmitido, e foi isso que eu transmiti ao Senhor Ministro, pelos trabalhadores e pelo sindicato, que a Inspeção de Trabalho, não estava a acompanhar de perto, pelo menos, em permanência, aquilo que se estava a passar na Pereira da Costa, tive oportunidade de dizer ao Senhor Ministro, dizer que era importante que, naturalmente a Comissão de Trabalho pudesse acompanhar, mais de perto todas as questões de atropelo que estavam a ficar em relação à legislação, e tive oportunidade, inclusivamente, de dizer ao Senhor Ministro, que era importante, que houvesse medidas, no sentido de evitar aquilo que estava a acontecer, tive também oportunidade de dizer ao Senhor Ministro, que

desconhecia na altura, aquilo que tinha a ver com um plano de viabilidade da empresa, o Senhor Ministro, também não tinha, pelo menos a indicação de nenhum plano de viabilidade da empresa, e por isso, quando se diz que viabilidade da empresa, fazer um plano de viabilidade, plano esse de viabilidade, que deve ser discutido também com os trabalhadores e com o Ministério, tendo em conta, que o Estado é o principal credor, não só através das Finanças, mas através da Caixa Geral de Depósitos, e de maneira que essa foi uma preocupação, ainda bem, por um lado, que aquilo foram uns despedimentos feitos sem justa causa, o Tribunal não deu provimento, e mandou, naturalmente, anular, ou seja, não deu andamento aos despedimentos, e por isso eles têm que admitir os trabalhadores, mas, como é obvio, não é uma situação que está resolvida, antes pelo contrário, mas, de alguma forma, penso que o Poder Judicial actuou, actuou naturalmente de acordo com aquilo que é a legislação, e daquilo que são, naturalmente, os direitos que têm os trabalhadores, mas, também dizer que recebi a semana passada, um officio do sindicato, no sentido, de eu próprio me deslocar à Pereira da Costa, e pedir um agendamento, no sentido de para a semana lá ir, no sentido de estar junto dos trabalhadores, para mostrarmo-nos, naturalmente preocupados com esta situação, e disponível, naturalmente, para fazer ver através, junto do Governo, enfim, um novo pedido de reunião, com a presença do sindicato e dos trabalhadores, para que o Governo, dentro dos mecanismos que tem, que é o que tem, a Câmara não tem, possa dar andamento a estas questões, só uma nota sobre a Moção, é bom que nós falemos verdade sobre a Moção, não tenho nada contra a Moção à excepção de uma coisa que acho que, permitam-me que vos diga, a CDU, que não vale a pena estarmos com o papão da especulação imobiliária, a especulação imobiliária do interesse dos outros, a Câmara não dará cobertura à especulação imobiliária no seu terreno, é bom que isto fique claro, porque há coisas que também é preciso por nos devidos lugares, enquanto eu estou na Câmara, e enquanto eu estiver aqui na Câmara, a parte industrial, não será mudada de uso para habitação, e é bom que a gente tenha memória, e não vale a pena estar assumir para os outros, aquilo que alguns não foram capazes de fazer em determinado momento, muito obrigado, Senhor Presidente.”



Senhor Deputado António Santos: “Bem, só um pormenor prévio, que é, eu não vou ter muito tempo de falar sobre a situação Pereira da Costa, quero manifestar a minha solidariedade total com os trabalhadores, e manifestar o nosso voto favorável, em relação à Moção que está apresentada, queria, no entanto colocar aqui a questão da CRIL, exactamente nos seguintes parâmetros, nós pedimos o agendamento do ponto da CRIL para a próxima Assembleia, que é a Assembleia Ordinária, que vai decorrer dia 20 e dia 21, em relação da necessidade de votar, na Assembleia Municipal, o orçamento, e o GOPA, portanto, o ponto da CRIL vai ser agendado para dia 21, a Comissão de Urbanismo, e também por nossa proposta e iniciativa, já reuniu com o Senhor Presidente da Câmara, reunirá amanhã com os Presidentes de Junta de Freguesia, e reunirá no dia 18 com todos os Membros das Comissões Cívicas de Moradores, que se constituíram em Alfovelos, na Damaia e na Venda Nova, eu penso que isto é uma forma séria desta Assembleia Municipal abordar esta matéria, vamos ouvir atentamente todas as opiniões como já ouvimos da Câmara, pessoalmente, eu estou bastante preocupado, em particular com o troço que está em volta com a zona da Damaia/Santa Cruz de Benfica, à volta do antigo, ou que continua a ser chamado como o nó da Damaia, estou extremamente preocupado com as zonas das Portas de Benfica e da Venda Nova, e estou particularmente preocupado, porque acho, que inclusivamente será a situação mais gravosa, com o empreendimento que vai ficar na zona de Alfovelos entre o IC16 e a conclusão da CRIL, não quero entrar nesta discussão aqui hoje, não teria sentido, seria uma falta, inclusivamente de respeito perante os meus colegas desta Assembleia de colocar esta questão, quando temos uma agenda, e vamos discutir isso na próxima semana, no entanto, eu queria chamar à atenção do Senhor Presidente da Câmara, que havia uma coisa que eu não gostava que acontecesse, a sua atitude perante as atitudes dos outros, poderá ter legitimidade, eu gostava que esta discussão à volta da CRIL, não tivesse pelo meio questões desse tipo, se continua a falar assim, eu não falo, e depois o outro também faz birra, a birra, na discussão do problema da CRIL, é algo que eu não vou aceitar, como situação anormal, face a esta situação, é natural, e o Senhor Presidente sabe bem, que as populações que estão envolvidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nas zonas mais gravosas da situação, muitas delas, aquilo que têm receio, é de ver hipotecadas, a mais-valia de uma vida de trabalho, os prédios que compraram com muita dificuldade, que eram verdadeiros paraísos, provavelmente na altura em que foram construídas, estão a ser hipotecadas, e isso é preciso respeitar, e é preciso respeitar também, que a discussão seja séria, e que possa ser dura e que possa ser violenta se for preciso, com certeza que sim, é um apelo que eu faço, em particular, aos Senhores Membros do Executivo da Câmara, em particular a todos os membros desta Assembleia, para que tenham a coragem, e que tenham a seriedade, de discutir isto da forma mais aberta, a nossa proposta, foi uma proposta que permitiu, e que permite, que a Comissão, e que a Assembleia Municipal possa ouvir todas as opiniões, e depois, a responsabilidade política sobre a decisão que for tomada, cada um tomará a sua, obrigado.”

Senhor Presidente da Câmara: “Para dizer o seguinte, o Senhor Deputado, permita-me a expressão, sobre a minha maneira de estar, já agora, se me permite, sou eu que a define qual é, sobre lições de moral, não recebo nenhuma das suas, sobre interesses da CRIL, muito menos, o meu amigo há dois anos, ou menos, há um ano e tal é que acordou para a CRIL, não, andou distraído, naturalmente, a CRIL já era um projecto antigo, toda a gente fala na CRIL, nas consequências da CRIL, o meu amigo andou distraído, enfim, mais vale tarde do que nunca, bem-vindo ao projecto da CRIL, já que, naturalmente, com o seu contributo possa melhorar, por outro lado, nunca me neguei, como sabe, a qualquer tipo de discussão, nunca me neguei, e sempre estive disponível a discutir com toda a gente, inclusivamente, como o Senhor Deputado sabe, e na última reunião estive lá, discutiu-se abertamente, colocou-se todas as discussões em aberto, e eu respondi tudo em aberto, e estarei sempre disponível para discutir a CRIL, ou outra coisa qualquer, e é obvio que ninguém é obrigado a ter as mesmas opiniões, como é evidente, era o que faltava, não é, agora, Senhor Deputado, digo uma coisa que é assim, o Senhor Deputado, às vezes, também tem o condão de às vezes ser agressivo, e depois não quer que os outros sejam agressivos para si, já aconteceu, Senhor Deputado, como sabe, não vale a pena a gente estarmos a falar sobre isso, eu procuro ter calma, ter paciência e

ter, enfim, uma dose de muita paciência, muitas vezes em relação a muita coisa, mas as coisas também têm limites, naturalmente, também têm limites, eu nunca trato mal uma pessoa, quando a pessoa não me trata mal a mim, isso pode ter a certeza, isso o Senhor Deputado também me conhece, bom, e por isso acho que estas questões valem o que valem, agora, não venha o Senhor Deputado dizer que, só agora, por causa de o Senhor Deputado ter levantado a questão da CRIL, é que toda a gente anda preocupada com a CRIL, Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer o seguinte, há mais de oito anos, que nós andamos a discutir a CRIL, há mais de oito anos, não foi agora, Senhor Deputado, há mais de oito anos.”

Senhor Deputado António Santos: “Oh, Senhor Presidente, o Senhor Presidente está preocupado há mais de oito anos com a questão da CRIL, o Senhor Presidente faz parte do Partido Socialista, os Membros e os Presidentes da Junta de Freguesia da zona de Alfovelos, da Damaia, e da Venda Nova, são Membros do Partido Socialista, e a sua preocupação é tão grande durante os últimos anos, para quem acusa de ter acordado agora, que eu queria que o Senhor Presidente me dissesse o seguinte, durante estes oito anos, quantas vezes os Presidentes das Juntas de Freguesia convocaram as Comissões Cívicas dos Moradores para discutir o problema da CRIL com eles, quantas vezes colocaram à votação no Executivo das Juntas de Freguesia, uma posição sobre os diversos trajectos que iam sendo colocados na CRIL, quantas vezes colocaram em Assembleia de Freguesia e convocando a população para ouvir a discussão sobre os trajectos que estavam em causa, e que fizeram aprovar em Assembleia de Freguesia a questão sobre a CRIL, isso é discutir a CRIL, não é acordar há dois anos, é porque o Senhor Presidente, e os Presidentes de Junta de Freguesia do seu Partido, há oito anos que estão a tomar nenhuma iniciativa para discutir com as populações a questão do projecto da CRIL.”

Senhor Presidente da Câmara: “Oh Senhor Deputado, há uma coisa que o meu amigo vai aprender, é que os Senhores Presidentes de Junta, sejam eles quais forem, fazem e actuam de acordo daquilo que é a sua iniciativa, isto não há aqui, o Presidente da Câmara diz aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Presidentes de Junta, vocês têm de fazer desta forma e actuar desta forma, não é essa a minha atitude, os Presidentes de Junta têm, naturalmente autonomia, são um Órgão Autónomo da Câmara, como sabe, para tomar as iniciativas todas, discutirem o que quiserem da forma como quiserem e aprovarem o que quiserem, isso é, o Senhor Deputado sabe isso, muitas vezes, aprovam coisas contra a Câmara, como sabe em Moções, era o que faltava que não tivessem autonomia, claro, não é à Câmara que compete dizer a orientação, no sentido, vocês têm que fazer este tipo de reuniões, marcar o dia e a hora, e com quem fazem as reuniões, como deve de imaginar, agora, é assim, Senhor Deputado, tenho discutido a CRIL há muito tempo, porque eu acho e sempre achei, que o projecto da CRIL não era um bom projecto para a Amadora, e digo-lhe mais uma vez, conseguimos introduzir bastantes melhorias na CRIL, mas se me perguntar, este é o projecto que se encontra satisfeito, digo que não, foi dado muito passo, grandes passos, uma coisa, como eu digo é aquilo que nós achamos e pretendemos, outra coisa é o que é que é possível encontrar, eu acho que deu-se muitos passos, chegou-se a muito lado, são se chegou totalmente a todos os pontos de satisfação, todas as preocupações e todas as questões, mas eu acho que houve todo um processo que demorou oito anos, demorou sim senhor, mas conseguiu-se muita coisa ao longo destes anos, no sentido de chegarmos aonde chegámos.”

Senhor Deputado António Tremoço: “Em relação à Moção que está na Mesa, eu não ia falar muito sobre a Moção, só clarificava aqui duas ou três coisas, que é importante clarificar, quando se fala na Moção, nos Órgãos, não se fala na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, e a própria Moção clarifica isso, fala no Ministério das Finanças, porque de facto, é o Ministério das Finanças que lhe compete, como credor maioritário daquela empresa, fala-se na Inspecção de Trabalho, tinha um papel e devia de ter um papel importante em todas aquelas ilegalidades, não tem nada a ver com a Câmara, muito pelo contrário, tem a ver com os Órgãos que de facto deviam intervir, e que não intervêm, incluindo o Ministério do Trabalho, que devia ter um papel importante, porque neste País ainda há leis, e quando se cometem ilegalidades, como se estão a cometer numa empresa, os Órgãos deviam intervir,

são tão fortes e tão rápidos a intervir numas coisas, então deviam intervir, para de facto a lei devia ser respeitada, e está a ser desrespeitada daquela maneira, como está a ser naquela Empresa, portanto, para clarificar a situação, em relação ao resto, eu penso que a Moção é clara, e clarifica toda a situação, os trabalhadores que estão ali há quatro meses à porta da empresa, metidos numa barraquinha, a chover-lhes em cima, há quatro meses que praticamente não recebem salário, alguns já a passar fome, eu penso que está clarificada na Moção, agora cabe-nos a nós votar a favor ou votar contra, penso que cada um Deputado deve de assumir, de facto, em relação a esta Moção.”

Senhor Deputado Jorge Nunes: “Boa noite Senhor Presidente em exercício, Senhor Presidente de Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, caríssimo público, Senhor Presidente em exercício, eu não sei que figura hei-de utilizar do Regimento para poder fazer a minha intervenção, mas também, eu compreendo perfeitamente o dilema da CDU, para tentarmos gerir hoje aqui esta Ordem de Trabalhos, porque conseguirmos meter Pereira da Costa, CRIL, e Sorefame, tudo nesta reunião é sempre complicado, e portanto, como eu, não sei se será a defesa da honra, o que é que eu hei-de aqui alegar, mas não vou, peço-lhe desculpa, mas não vou falar aqui deste ponto que está, relativamente à Moção...”

Senhor Presidente da Mesa: “Oh Senhor Deputado, eu esclareço, o período de Antes da Ordem do Dia, é para tratar de assuntos de interesse geral, os Senhores Deputados, tratam daquilo que muito bem entenderem, há uma Moção da CDU, os Senhores Deputados farão ou não a discussão desta Moção, de acordo com aquilo que vos parece melhor, portanto esteja à vontade Senhor Deputado, não precisa de usar de nenhuma figura específica do Regimento.”

Senhor Deputado Jorge Nunes: “Muito obrigado, Senhor Presidente, eu já disse aqui uma vez, e volto a repetir, que é um direito democrático, o direito à indignação, e o Senhor Deputado António Santos veio aqui falar de uma questão, em primeiro lugar, aquilo que eu quero dizer, é o seguinte, em relação à CRIL, chegámos, penso que ao início do fim de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

processo, que envolveu um conjunto de intervenientes, e a solução encontrada, e eu aqui, enquanto Presidente de Junta, é nessa qualidade que eu quero referir, não é a melhor solução para Alfovelos, nem é a solução que satisfaz em pleno, e decidiremos a população de Alfovelos, a solução possível, é a solução que se conseguiu a partir de todo o esforço que foi feito por parte da Câmara, das Associações de Moradores, e isso contribuiu para que se encontrasse esta solução possível, a cada um, a cada nível, porque a sociedade civil tem o seu nível de participação, a Junta de Freguesia, enquanto Autarquia, tem o seu nível de participação, a Câmara tem a sua responsabilização, como tem o Governo ao mais alto nível, e com níveis de intervenção muito mais alargados, do que não são só o Concelho da Amadora, portanto, é um processo que estamos agora a encetar, já numa forma mais de concretização, agora, aquilo que é importante, é que fique aqui muito claro, até porque temos Órgãos de Comunicação Social, e isso é extremamente importante, que é a veracidade dos factos, estando eu presente, em duas situações que aqui foram referidas, nomeadamente numa das reuniões com o Senhor Presidente da Câmara, e na outra reunião, que pelos vistos, eu tenho que averiguar se as instalações da Junta têm câmaras de vigilância, mas se têm, estão a funcionar mal, e portanto, na primeira reunião, o Senhor Presidente, porque estamos a fugir à verdade, o Senhor Presidente, reafirmou, e disse à Associação Cívica de Moradores de Alfovelos, que estaria disponível para haver, portanto, uma discussão alargada, dentro da medida das suas competências, e dos seus níveis de decisão, foi isto que foi dito, não foi dito aquilo, portanto, não foi dito uma coisa que aqui foi colocada, e portanto, foi isso que eu ouvi, e ouvi bem, estava presente, portanto aqui não houve faltou à verdade, em relação a outra situação, posteriormente eu já estive presente, e com certeza que já houve uma evolução, e porque o Senhor Presidente entretanto, deve ter tido reuniões com o Governo, e portanto, houve uma situação que, na medida da sua possibilidade, teve esse desenvolvimento, em relação à reunião de Alfovelos, e parece que não é crime o PS de Alfovelos reunir na Junta de Freguesia, porque está estipulado em termos, e ficou aprovado em Acta a reunião de Executivo que as instalações são disponibilizadas para todos os Partidos Políticos e para as Associações, inclusivamente, que já lá reuniram, já lá levaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também pessoas, e portanto, o que foi lá colocado não é portanto aquilo, e mais uma vez para repor a verdade, é efectivamente a solução, a última, e que está, pelos vistos, alguém se esqueceu de dizer à população de Alfovelos, que era essa a solução, mas cá estarei eu para fazer essa informação, porque isso é extremamente importante, independentemente de fazermos aquilo que fizermos, e neste sentido foi muito feito, em relação, que o Senhor Deputado António Santos também veio aqui dizer, que os Presidentes de Junta, não fizeram, portanto, fizemos várias sessões, tivemos Assembleias de Freguesia, para discutir este problema, o Senhor Vereador Gabriel, esteve algumas vezes em Alfovelos a dar informação com powerpoint e com o traçado todo à população, e também à Associação, portanto, isto, em relação a Alfovelos foi feito, e portanto, a solução foi essa que foi apresentada pelo Senhor Presidente, e portanto, estamos aqui a fugir, realmente, ou então estamos mal informados relativamente àquilo que se passou, portanto, é para repor a verdade, e dar essa informação correcta, boa noite, obrigado.”

Senhor Deputado António Santos: “É muito rápido o que o pedido de esclarecimento, as posições que acabou de exprimir, sobre a CRIL, são a sua opinião pessoal, são opinião do Executivo da Junta, são opinião da Assembleia de Freguesia, através de votação expressa, ou são a sua opinião pessoal e o Partido Socialista de Alfovelos.”

Senhor Deputado Jorge Nunes: “A posição que eu aqui apresentei, foi a que foi aprovada em Sede de Reunião da Junta de Freguesia, para o efeito, e portanto, é essa, e vai-se realizar uma próxima Assembleia de Freguesia, e nesse contexto, a reunião foi realizada, portanto nós tivemos o estudo com o Ministério das Obras Públicas, eu agora não sei precisar a data, mas foi passado dois ou três dias a seguir, foi precisamente depois da reunião seguinte, e está vertido em Acta, inclusivamente com o documento, com uma declaração do Executivo da Junta, portanto, iremos proceder, também iremos ter uma próxima Assembleia de Freguesia, portanto além da posição da Assembleia de Freguesia, portanto não há ainda uma posição da Assembleia de Freguesia relativamente a esta questão, depois da evolução deste facto.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, nós não vamos hoje antecipar aqui a discussão da questão da CRIL, porque esse assunto foi agendado para a próxima Assembleia Municipal, e portanto aí, no local próprio e no momento próprio expressaremos a nossa opinião, como sempre expressámos, em momentos anteriores, aliás, eu queria só dizer que me sinto um pouco incomodado, porque foram aqui referidas as posições dos vários Partidos Políticos, e eu me sinto um pouco incomodado, com o facto de um representante de uma das Associações de Moradores, vir aqui que há Partidos que estão calados, e que denunciará à população, digamos, aquilo que são as posições dos Partidos, sinto-me um pouco incomodado com isso, porque como é evidente, nós em todos os momentos, e eu falo em nome do CDS, expressámos a nossa posição, quer em Assembleia Municipal, quer publicamente, quer em reuniões com as Comissões de Moradores, portanto, não temos nenhum tipo de problema com essa situação, mas me parece que fica mal vir aqui, tentar fazer esse tipo de pressões sobre os Grupos Municipais, na próxima Assembleia, expressaremos, como digo a nossa posição em relação a este projecto, mas os assuntos que me trazem aqui hoje, são dois, e completamente diferentes, e são duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, um dos quais, que é uma questão, digamos, que podíamos considerar menor, mas que eu penso que tem o seu significado político, e que tem a ver com o regresso do mato aos taludes do IC19, nós, antes das últimas Eleições Autárquicas tivemos ali uma operação de cosmética nos taludes do IC19, com a construção de umas ondas, não sei quanto custaram, digamos ao erário público, mas seguramente que terão custado alguma coisa, e o trabalho ficou por ali, mas houve a promessa que de facto, as ondas iam continuar pela IC19 fora, a verdade é que, penso eu, que desde as eleições para cá, não se construiu mais um metro de ondulação nos taludes do IC19, e que vemos agora que o mato tomou conta daquilo que foi construído, e portanto, perguntaria eu se de facto, aquilo foi só uma manobra, digamos pré-eleitoral, e se vamos deixar, de facto, ao abandono aquilo que foi o investimento público no embelezamento dos taludes do IC19, segunda questão, tem a ver com uma urbanização, que eu considero de facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

bom, penso que inqualificável, que é a Urbanização do Neudel, na Damaia, onde nós temos ali uma arquitectura no mínimo, podemos qualificar de pimba, onde temos ruas, em que dum lado da rua temos um prédio com três pisos, e do outro lado prédios com sete, no fundo aumentando ali uma densidade de construção de uma forma, que eu acho que é inqualificável, mas temos, segundo julgo saber, que a contra partida daquilo que ali está, para a cidade, fosse a construção de um parque, de um grande parque urbano, certo é que a urbanização já lá está, que já está parcialmente habitada, mas que o parque tarda, e portanto, face à localização estratégica daquele parque, não é, eu imagino que aquilo para 2009 fosse um grande outdoor, ali à beira do IC19, a questão que eu lhe pergunto, é qual é que é o calendário da execução daquele parque urbano, se de facto está prevista a conclusão do parque em 2009, ou se poderemos ter o parque antes disso.”

Senhor Deputado Manuel Quadrado Rego: “Boa noite Senhor Presidente em exercício, boa noite Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, só vim aqui, para prestar um esclarecimento, embora preste um esclarecimento na generalidade, mas eu levei, mais para o Senhor Deputado António Santos, sobre uma afirmação que ele aqui fez, e quero esclarecê-lo, que eu como Presidente da Junta de Freguesia da Venda Nova, quer as populações, quer os próprios Membros da Assembleia de Freguesia, têm acompanhado a posição do Presidente de Junta de Freguesia, em relação à CRIL, talvez haja uma descoordenação entre V. Exa., e o seu camarada de Partido que está na Assembleia de Freguesia, porque ainda ontem à noite houve Assembleia de Freguesia, onde o conceito, eu vou-lhe chamar assim, do projecto que está aí patente entre nós todos, que já o vimos, o Senhor Deputado sabe perfeitamente na Comissão de Urbanismo e Transportes, já vimos essa concepção de projecto, isso foi exposto, e antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos, eu expliquei aquilo que sabia, em relação àquilo que estava ali exposto, e o seu companheiro de Partido, tinha fotografias, depois discutimos alguma coisa sobre a matéria, e portanto, eu enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Venda Nova, não tenho escondido nada em relação à CRIL, e tudo aquilo que eu tenho acompanhado em relação à CRIL, tenho

dito a quem o devo dizer, e uma coisa que eu comecei a discutir sobre a CRIL, já há quatro ou cinco anos, que é a parte mais recente, foi que, a minha postura, enquanto Presidente da Junta da Venda Nova, era que a construção fosse em túnel, achava que era essencial para toda aquela população do território da Venda Nova, não fossem incomodados na sua qualidade de vida, no seu ambiente, em que viesse, por exemplo a ser construído o viaduto, e era inaceitável, portanto, depois de concluir que aquilo que está a ser apresentado neste momento, o Senhor Deputado também tem conhecimento disso, tão bem como eu, é a construção em túnel, e isso para mim satisfaz-me, e ontem à noite tive ocasião de explicar, aos membros da Assembleia de Freguesia da Venda Nova, que as questões de pormenor que aí vêm, certamente virão, são questões de pormenor técnico, eu não entro nisso, porque, naturalmente eu deixo isso para os técnicos, porque a posição política, era que aquilo fosse construído em túnel, parece que, aquilo que está a ser mostrado neste momento é que vai ser construído em túnel, portanto, é a satisfação que eu tenho, essa é a postura, e tem sido explicado quer aos moradores, inclusivamente, já houve plenários com a Associação de Moradores da Venda nova, na Junta de Freguesia, isso tem sido discutido com as populações, e como lhe disse, o seu companheiro de Partido, falta-lhe dar essas informações, porque no que me toca a mim, em relação a Presidente de Junta e em relação à CRIL, eu tenho acompanhado, e tenho explicado às pessoas qual é a minha postura em relação à CRIL, portanto, como Presidente de Junta, não estou à espera que o Senhor Presidente da Câmara me dê quaisquer orientações, ele sabe perfeitamente, também qual é a minha posição e qual tem sido a minha posição há alguns anos a esta parte, portanto, este era o esclarecimento, para terminar, queria dizer o seguinte, fizeram anteontem 30 anos de Poder Local Democrático em Portugal, não foi aqui falado, eu tenho um sentimento, pelo Poder Local Democrático, que foi instituído há 30 anos, fez anteontem 30 anos, graças à liberdade e à democracia após o 25 de Abril, que foi possível instituir esse Poder Local Democrático em Portugal, mas tenho que lamentar, depois de 30 anos deste acontecimento, e choca-me, hoje ter ouvido aqui algumas palavras, que ofendem, de facto, a liberdade e a democracia, que têm sustentado esse Poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Local Democrático, ao fim de 30 anos, não esperava de ouvir aqui algumas palavras que ofendem, portanto, esse movimento democrático autárquico, muito obrigado.”

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Boa noite Senhor Presidente em funções, Senhora Secretária, ao Executivo da Câmara, colegas Deputados, excelentíssimos senhores, excelentíssimas senhoras, o assunto que me traz aqui hoje, tem a ver com a denúncia, portanto, de um protocolo de um mercado situado na Damaia, um mercado relevante, que foi discutido em Assembleia de Freguesia, que despoletou uma série de manifestações por parte das vendedoras que lá exercem a sua actividade profissional, portanto, a minha questão, vai no sentido de saber, portanto, o que vai ser daquele mercado, se vai desaparecer, primeira questão, segunda questão, se está garantido o emprego das pessoas, portanto, onde é que elas vão exercer a sua actividade profissional, o seu ganha-pão, e a terceira questão, tem a ver com, no hipotético cenário de desaparecimento daquele espaço, o que é que está projectado para aquele local, obrigada.”

Senhor Deputado António Carixas: “Muito obrigado, Senhor Presidente, para que não nos acusem de mais tarde não termos dito nada, a questão não é importante, Senhor Presidente em exercício, mas é formal, que há um bocado no início, senti-me incomodado com o que aconteceu, e, a questão é formal mas não é o substancial da minha intervenção, mas não posso deixar de dizer isto, que é para não nos acusarem de outras intenções, chamo à atenção da Mesa, que a Mesa não está completa, a Mesa está a funcionar com dois elementos, e por vezes com um elemento, chamo à atenção para isso, não é importante, Senhor Presidente em exercício, mas depois alguns Deputados aqui, vão-nos acusar de não ter dito isto, dizemos mais tarde, a fazer um aproveitamento político, não tem importância para nós, não é a questão substancial Senhor Presidente, mas mais vale tarde do que nunca, para emendar as coisas, para utilizar uma expressão do Senhor Presidente da Câmara, mais vale tarde do que nunca, o que me leva aqui a falar, é do Notícias da Amadora, há um ano aqui, estávamos a saudar mais um ano do jornal, hoje não podemos estar na mesma disposição, estávamos, não será propriamente a pessoa verbal, mais adequada, devemos precisar, ser rigorosos, da primeira

pessoa do plural, devemos passar para o singular, a CDU apresentou uma saudação, talvez se lembrem, que foi rejeitada, com 21 votos contra e 20 a favor, é uma solenidade, cada um nesta Assembleia assumiu, como disse o senhor presidente, na questão anterior, democraticamente, legitimamente, cada um assume as suas posições e as suas opções, naturalmente, é isto a democracia, são legítimas, tanto umas como outras, haverá muitas razões para o que aconteceu ao jornal, ou que está a acontecer com o jornal, como sabem, foi suspensa a sua publicação, temos que aqui lamentar este acontecimento, pelo aquilo que o jornal fez, à causa da democracia e desenvolvimento local da Amadora, e em particular, uns, singularmente, a favor do acesso em condições de equidade à compra do espaço publicitário, pelos dois Órgãos de Comunicação Social Local, foi isso que se colocou há um ano aqui, por parte dos Órgãos Autárquicos, haverá muitas razões, com certeza, para a interrupção desta publicação local, mas não é apenas local, Senhores Deputados, é um património de liberdade, ontem e hoje, ontem, quanto à ditadura do Estado Novo, hoje, contra o processo de concentração da imprensa nas mãos dos grandes grupos económicos, que cada um assuma, definitivamente o seu voto, a sua opinião, são legítimas, da nossa parte, haverá ontem e hoje, uma voz contra a ditadura da uniformidade, uma prisão contra um pensamento único, o Notícias da Amadora faz falta à cidade, o Notícias da Amadora faz falta à cultura e à imprensa, relativamente à CRIL, temos uma Assembleia proximamente marcada, não vamos explanar a nossa posição, que até neste momento não foi dita, aqui neste local, as nossas expressões são públicas, não concordamos com o traçado que é proposto pelo Governo, não posso também deixar-me de referir à intervenção do Deputado Quadrado Rego, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, estando de acordo com esse trabalho imenso feito pelo Poder Local, não partilho da segunda parte, da parte final da sua intervenção, o Poder Local também tem de estar mais atento aos problemas locais, muito obrigado.”

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Senhores Deputados, eu não estava para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, porque cheguei um pouco atrasado, dado que tive em processos de

votações na Assembleia da República, mas no entanto foi-me dado conta de um conjunto de factos e acontecimentos, que eu gostaria aqui de expressar o meu lamento, tem a ver propriamente com a alteração da Ordem de Trabalhos, como V.Exas. sabem, nós deliberámos em Sede de Comissão, fazer uma análise profunda sobre o problema da Bombardie, que a todos nos preocupa, e antes de nós ouvirmos, neste caso o Presidente da Câmara sobre a matéria, a CDU apresentou uma Moção relativamente à matéria em apreço, foi acordado em Sede de Comissão, que a CDU estava disposta, a connosco, a partilhar com as outras Forças Políticas a alteração da própria Moção, hoje durante o dia, trocámos e-mails entre nós, no sentido de encontrar uma posição de consenso sobre a matéria, e hoje durante o dia, não se viu nenhuma manifestação por parte da CDU, não só relativamente à Moção, porque não houve tempo, mas também da alteração da Ordem de Trabalhos, e o que se passou hoje aqui, foi que a CDU, ao aperceber-se que legitimamente vieram um conjunto de pessoas que queriam discutir a matéria, e que têm toda a legitimidade de aqui estar, aproveitaram desta situação, para fazer uma alteração da Ordem de Trabalhos, sem previamente ter discutido com forças políticas, e quando nós, ainda hoje à noite, vamos ter de conversar entre as Forças Políticas com um objectivo único e exclusivo, é que haja um consenso alargado entre as Forças Políticas sobre a situação da Bombardie, a Bombardie é uma matéria séria, é uma matéria que temos que levar com algum rigor, e é preciso haver consenso entre as pessoas, é preciso haver uma conjugação de esforços no sentido de encontrarmos uma solução que seja boa para a Amadora, por isso, com pressão, o PS não alinhará, e para este tipo de situações que hoje aconteceram, nós lamentamos esta matéria, percebemos a legítima expectativa da assistência, mas acho que as Forças Políticas devem estar à altura dos momentos, segundo dado, também estamos em fase de audição da CRIL, que foi aceite em todos os Partidos que não hoje iríamos ouvir, a Câmara, as Associações de Moradores, que vão ser ouvidas na próxima segunda-feira, para que nós, seriamente, abordemos a matéria, e conseguirmos construir uma posição relativamente à matéria, não é para espanto meu, admito que alguma das Associações tenha aqui chegado apesar de estar convocado para segunda-feira, para connosco trabalharmos sobre a matéria, resolver introduzir o ponto, e algumas forças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

políticas, mais uma vez, com esta tentação, absoluta, de protagonizar algo que não entendo, mas desviando completamente todo o trabalho e seriedade que está decidida em Comissão, resolveram discutir esta matéria, terceira nota, Pereira da Costa/Venda Nova, também confesso que foi com espanto que recebi agora uma Moção, este é um tema, é um tema importante para nós, e nós obviamente estamos preocupados sobre esta matéria, mas acho que todos nós lucrávamos, se previamente esta Moção fosse distribuída às Forças Partidárias, para nós termos um tempo, como aliás já foi acordado em Conferência de Líderes, e ser distribuída atempadamente, para nós termos uma posição consensual, eu quero-vos dizer o seguinte, o Partido Socialista, trabalha com seriedade, nomeadamente neste ponto, mas não aceita pressão nem oportunismos, e por isso, a partir de agora estaremos atentos, para este tipo de manobras, porque a política vale tudo, mas não vale alterar as regras do jogo, quando nós estamos, todas as forças partidárias interessados, ainda hoje à noite, até que horas for, em encontrar uma Moção consensual relativamente à Bombardie, em aprovar por unanimidade esta Moção, e também enquanto há de possível, uma posição sobre a CRIL, são matérias sérias, que estão em causa trabalhadores, vidas humanas, e a cidade da Amadora, mas que não deve pactuar com este tipo de situação, é este o meu lamento e o meu protesto, que em nome do Grupo Municipal do PS, queria aqui expressar publicamente aos Senhores Deputados e às pessoas aqui presentes, que toda a legitimidade querem, como nós, discutir seriamente estes problemas. Muito obrigado.”

Senhor Deputado António Tremoço: “Hoje parece que nós queremos transformar, de facto, esta Assembleia numa outra situação, para já o Deputado João Serrano não disse a verdade, é mentira o que ele está aqui a dizer, nós de facto discutimos isto na Comissão, e foi claro, fui eu próprio que disse, que estávamos abertos a encontrar uma solução consensual, e mais ainda, dei o número do fax, para me mandar o que quisessem mandar, o único documento que eu recebi foi do PSD e CDS, o único documento que eu recebi, eram 4 horas quando eu saí de ao pé do fax, eu fui para outra reunião, não tinha recebido mais nenhum documento, é portanto mentira o Senhor está a mentir, não é verdade aquilo que se está a dizer, não é

verdade, eu saí do fax, eram 4 horas, portanto mantenho exactamente a mesma situação, e a mesma posição, dizendo que devíamos encontrar uma posição consensual, e mais uma vez, quando cheguei aqui à Assembleia, reuni, e falei com representantes do PSD e do CDS, e disse exactamente a mesma coisa, portanto, da nossa parte, não houve aproveitamento nenhum, e mais uma vez continuo a dizer que estamos exactamente na mesma posição, abertos em encontrar uma posição consensual, o Senhor não tinha o direito de vir aqui dizer que nós estamos a fazer aproveitamento político, não é verdade, não é verdade, eram 4 horas quando eu saí do pé do fax, não estava lá documento absolutamente nenhum, esta é que é a realidade, mas isto para dizer o quê, para dizer que nunca mais precisamos de ter aqui uma linguagem que não se percebe, sinceramente, então nós não temos o direito, o Órgão da CDU não tem o direito de apresentar uma Moção sobre uma situação de uma Empresa na Assembleia Municipal, então, quer dizer, nós também estamos numa situação em que os trabalhadores estão aí há quatro, há quase cinco meses à porta de uma empresa, então a CDU não tem o direito, ou qualquer outro Partido de apresentar uma Moção, nós alguma vez pusemos em causa, que apresentassem uma Moção, já agora temos de apresentar um Moção antes, para os Senhores darem o seu agravam só porque é a maioria absoluta aqui, não senhor, pelo contrário se querem votar contra, votem contra, agora não nos tentem calar, porque isso não conseguem, nós apresentaremos sempre, mas sempre aquilo que acharmos justo e correcto, e os Senhores façam o que quiserem, que raio, então mas agora querem que as coisas funcionem assim, quer dizer o Senhor vem a correr da Assembleia da Republica, chega aqui, despeja o saco, e está a andar, é isso, então o Senhor não esteve dentro da discussão, não sabe o que é que se passou, e agora chega aqui, diz que nós é que não os respeitámos aquilo que for um consenso, não, nós fazemos uma coisa que é para nós importante, nós respeitamos sempre, aquilo que decidimos, sempre, respeitamos sempre aquilo que decidimos, e mais uma vez respeitámos, ficámos à espera de saber qual é a posição das outras Forças Políticas, ainda hoje, já dissemos aqui claramente logo no princípio, estamos dispostos a aceitar, até esta Assembleia fechar, um consenso de uma Moção que seja aqui aprovada, portanto, da nossa parte não podemos ter mais abertura pode ser.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Deputado, obviamente vou prescindir dum conjunto de considerações que foram feitas, nomeadamente de eu vir a correr, despejar o saco, ditaduras, e tudo o mais, obviamente não é isto que está aqui em causa, o que está aqui em causa é matérias mais sérias, um conjunto de adjectivos, mas eu também percebo, percebo o Senhor Deputado António Tremço a forma como o diz, e em que contexto diz as coisas, mas o que eu quero dizer aqui, é o seguinte, o Senhor Deputado não me contrariou em nada que eu disse, o que eu disse é o seguinte, legitimamente a Moção da CDU tem toda a possibilidade e toda a legitimidade de apresentar a Moção, primeiro ponto, mas segundo ponto, também a CDU não pode esquecer, que apresentou uma Moção antes da Comissão iniciar os Trabalhos, que a CDU concordou que fosse realizado, e a CDU não pode esconder, que ouviu a possibilidade de todos nós trabalharmos na Moção consensual e que o PSD apresentou por fax até às quatro da tarde esse documento, e nós às 17 horas, através de e-mail, para o Senhor Deputado António Carixas, mandámos a nossa proposta de alteração, mas mesmo que não tivesse recepcionada a proposta do PS, havia uma proposta do PSD e do PP, que apresentou, e como deve de imaginar, não inteiro com a discussão de um tema que nós vamos trabalhar, na reinação, segundo dado que eu quero aqui deixar, tem a ver com o seguinte, qualquer alteração à Ordem de Trabalhos, desde que eu estou na Assembleia Municipal, é acordado, é conversado em Conferencia de Líderes, e previamente acertamos entre nós, e o que a CDU fez, é que não colocou esta matéria em Conferencia de Lideres, e quis alterar, automaticamente a Ordem de Trabalhos, e não se importando sequer com a Moção, isto só tem uma leitura, é aproveitar politicamente uma situação conjuntural, e não tentar politicamente encontrar uma posição argumentando esta matéria, porque eu vou-lhe dizer uma coisa, mais do que a CDU, está o PS preocupado com a Bombardie, e com a situação dos empregos sobre esta matéria, mais do que vocês, sobre esta matéria, não nos dão lição aqui aos Deputados Municipais do Partido Socialista, e ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta matéria, e é isto que eu quis aqui dizer, era que a legitimidade é total, mas nós no momento em que estamos entre as forças partidárias a discutir uma Moção,

não inventemos entre nós discutir, acho que esta antecipação só se viu, é um facto, foi o facto de aproveitar um momento específico, um conjunto de pessoas estarem aqui, e obviamente, alterando as regras do jogo, isso nós não pactuamos, assim não trabalhamos, e assim obviamente é uma forma séria de estar na política, e esta não é a nossa forma.”

Senhor Presidente da Assembleia: “Primeiro tenho que dirigir às pessoas, que sabem que estão na assistência, e que podem assistir, e que não mandam ninguém trabalhar, porque todos estamos a trabalhar, meu querido amigo, o Senhor não pode usar da palavra, e eu não lhe dou a palavra, não pode usar da palavra, não é, e nem vai interromper o normal funcionamento da Assembleia, já me conhecem, já sabem a fama que eu tenho nesse particular, agora também há aqui uma coisa que eu lhe digo, enquanto Presidente desta Assembleia, não aceito que mandem trabalhar Deputados, no quadro de uma democracia, meu querido amigo, não quero entrar em diálogo convosco, mas quero deixar aqui na Acta, as democracias, funcionam pela vontade do povo, podemos discordar daquilo que os Senhores Deputados aqui dizem, mas minimizar o trabalho dos Senhores Deputados, é minimizar as democracias, e quando não há democracias há ditaduras, e nenhum de nós quer ditaduras, portanto agradeço que contenção, que se mantenham em silêncio, e que não lacem impropérios desses, que não vos fica bem.”

Senhor Deputado António Tremoço: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria aqui apenas um esclarecimento, no 6º ponto, nós temos um ponto para discutir, qualquer documentação na base regimental, para discutir neste ponto, quantos dias de antecedência deve chegar, à Mesa da Assembleia Municipal, nós temos um ponto para discutir, que é o sexto ponto, qualquer documento na base do Regimento, quantos dias é que temos de entregar antes, na base regimental, estou-lhe a perguntar na base regimental, para discutir um documento, sobre este ponto, quantos dias é que temos que entregar esse documento.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia: “Eu vou dar a explicação, para que conste na Acta, porque o António sabe a explicação tão bem como eu, porque tem obrigação, e sei que sabe, porque é mais velho do que eu aqui na Assembleia, sabe perfeitamente, que isso até nem resulta do Regimento, resulta da lei, e a lei não foi alterada, mas o Regimento não altera a Lei, e o que a Lei diz, dado que é um esclarecimento, porque há uma certa lógica naquilo que eu vou dizer para a Acta, o que diz a Lei e diz o Regimento, é que o Presidente da Assembleia, tem de enviar, no período mínimo de dois dias, a Ordem de Trabalhos aos Senhores Deputados, e a Ordem de Trabalhos deve acompanhar todos os documentos de suporte à Ordem de Trabalhos, ponto numero um, agora, o que acontece, é que, todos os documentos, com excepção daqueles que estão na Lei, que não podem ser alterados pela Assembleia, e esses são, aqueles que estão especificamente estabelecidos na Lei, propostas que a Câmara Municipal apresenta à Assembleia, e a Assembleia pode rejeitá-las mas não as pode alterar, também sabe quais são, não vou dizer aqui, elencá-las todas, todos os outros documentos, podem ser objecto de alteração, aquando da discussão na Assembleia, está prestado o esclarecimento, muito obrigado.”

Senhor Deputado António Carixas: “Como foi evocado o meu nome, só queria dizer aqui claramente, que eu não recebi nenhum documento, nenhum fax, e e-mail, também não recebi, não recebi, pode estar na caixa do correio, admito isso, e vamos tentar acalmar esta discussão, porquê, porque temos um ponto da Ordem de Trabalhos, e eu não estou a perceber, sinceramente a posição do Deputado Serrano, porquê, porque foi aqui decidido, votado uma coisa que nós queríamos, que era antecipar a Ordem de Trabalhos, não é, tentámos isto, o PS não esteve de acordo, mas agora o Deputado Serrano, parece que quer antecipar esse ponto da Ordem de Trabalhos, quando ele está no ponto 6, eu não sei se é, mas parece, de repente, o Deputado, reabriu outra vez a fogueira, não entendo essa posição Senhor Deputado, temos o ponto 6, para esclarecer todas essas questões, formais, e não formais.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, o Deputado João Paulo Castanheira, duas coisas que colocou, uma sobre a questão da talude da IC19, e se aquilo foi apenas mera campanha eleitoral, e agora fica lá, dizer o seguinte, nós fizemos e tivemos reuniões com o EP, no sentido de, achamos que é uma vergonha, que os taludes do IC19 são da responsabilidade do EP, como sabe, que não sejam tratados, e como sabe, e que não sejam tratados, e demonstramos que é possível fazê-lo, utilizando métodos simples, e mais económicos, e não meramente eleitoral, e fizemos isso, pusemos o projecto, que entregámos na totalidade ao EP, e mais, estávamos disponíveis em conjunto com a EP, apesar do espaço ser deles, que estamos inclusivamente a colaborar, e mostrámos que é possível fazer, e por isso, Senhor Deputado, o que eu espero, naturalmente, até porque tive essa oportunidade, de numa viagem com o Senhor Primeiro Ministro pelos taludes, na estrada, quando fomos a Sintra lançar o IC16 e o IC30, o Senhor Primeiro Ministro achar que era uma vergonha os taludes, nomeadamente do IC19 e os outros taludes, uma vergonha, e de maneira que alertou o EP, no sentido de passarem a fazer o tratamento daquilo que são esses taludes, espero, naturalmente, que o EP, e a Câmara não se mete de fora, que o EP conclua o projecto, que nós entregámos, de tratar dos taludes da IC19, independentemente, naturalmente, daquilo ter a ver com a questão das hortas e barraquinhas que estão na IC19, e nos taludes, como o Senhor Deputado também sabe, sobre a questão do plano do Parque Urbano da Neudel, que é isso que o Senhor Deputado, naturalmente quer, como sabe, isto teve obrigatoriamente de fazer um plano de pormenor, ou seja, que é um dos contra sentidos que temos no nosso PDM, sobre o que esteja no enquadramento no que seja no espaço verde obrigatório no plano de pormenor, até devíamos fazer para a Ribeira da Falagueira, e nalguns casos, enfim, no ponto de vista de terreno urbanizado, não é preciso planos de pormenor, um contra senso, bom, vamos falar do plano de pormenor, o plano de pormenor foi entregue à CCDR, a CCDR teve de validar o plano, propôs um conjunto de correcções, nós corrigimos, recebemos, está agendada para a próxima Assembleia de Câmara, o plano de pormenor, e tem que vir à Assembleia Municipal, como o Senhor Deputado sabe, para depois ser enviado para a CCDR, para ser registado e publicado, por isso isto é todo um processo, na próxima reunião de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Câmara estará na Câmara, esperamos que haja uma Assembleia Municipal, enfim, este ano é difícil, seguramente, mas no próximo ano, no início do ano, uma Assembleia Municipal, nomeadamente para aprovar, o plano de pormenor, que é competência da Assembleia Municipal, e enviar para a CCDR, para ser registado, e então depois a seguir, dar início à construção do Parque Urbano do Neudel, Senhora Deputada Cláudia, dizer o seguinte, como sabe, o mercado que fala, é o mercado que estava centralizado na Junta de Freguesia da Damaia, a Junta da Damaia, enfim, dentro daquilo que são as suas competências, naturalmente, entendeu que o mercado, por vários motivos, dos quais, inclusivamente de ter pouca procura, e por outros motivos também financeiros, que não tinha condições de manter o mercado em aberto, e aquilo que nós vamos fazer, juntamente com a Junta de Freguesia da Damaia, a Câmara, em colaboração de procurarmos encontrar as soluções, no sentido dos vendedores que estão num mercado relevante, terem um lugar de venda, nomeadamente também na Damaia, que existe, como sabe, bom, é nesta questão que estamos a trabalhar, se me pergunta, o que é que vai ser do mercado, não faço ideia, do que é que vai ser feito, há uma coisa que lhe digo, de certeza, não vai ser feito nenhum prédio, se o espaço pode ser utilizado para outra coisa, não sei, se o espaço pode ser utilizado, no sentido de permitir a utilização, pela comunidade, pela Junta de Freguesia, enfim, são questões que estão em aberto, vamos discutir, naturalmente, mas neste momento não temos nenhuma perspectiva em relação, porque o mercado quando foi feito, era para funcionar como mercado, como sabe, independentemente de, enfim, ser um bom mercado, ser um bom projecto, não é essa a questão que está em causa neste momento, e por isso o que vamos fazer é isso, ou seja, trabalhar com a Junta de Freguesia, a Junta, naturalmente, tem um prazo em que irá desactivá-lo, até lá trabalhar com a Junta, com os vendedores, no sentido...” (erro da cassette)

Senhor Presidente da Assembleia: Muito bem, vamos pôr à votação a moção...”

Senhor Deputado João Serrano: “Eu peço só desculpa, é porque entretanto, acho que o PS, não houve possibilidade de tomar uma posição na matéria, e o que eu perguntava aos

preponentes, se relativamente ao ponto numero 7 da Moção, quanto se fala na posição de factos dos poderes instituídos, retirar a palavra dos Poderes Instituídos, e pôr Comissão de Factos dos Serviços e Organismos da Administração Central, em vez de poderes instituídos, já que foi uma matéria que criou aqui alguma dúvida, nomeadamente, até onde chegam os Poderes Instituídos, apesar de que verbalmente já foi clarificado, que é uma matéria, não é, mas convinha sobre o ponto de vista de texto, a segunda nota que eu queria deixar, é uma mera nota, me parece que a prática de nós apelarmos permanentemente à intervenção da Câmara, para depois avançarmos para a Administração Central, sendo obviamente a intervenção da Câmara, é minorar um pouco o trabalho da Assembleia, acho que a Assembleia tem que se acostumar também directamente apelar ao Governo, é uma mera nota, mas só de pormenor, era esta proposta que eu deixava, se for aceite, nós votaremos a favor esta Moção, se não for aceite, não nos resta outra alternativa de requerer que seja votado ponto a ponto, digamos, os considerandos, e relativamente ao ponto sete, nós votaremos contra: Muito obrigado”

Senhor Presidente da Assembleia: “Portanto, se bem percebi, onde diz, Poderes Instituídos, no ponto 7, considerando que se verifica assim uma paralisação absoluta dos Poderes Instituídos, seria que se verifica assim, uma paralisação absoluta dos Organismos da Administração Central, bom, a CDU, está de acordo?”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, evidentemente que estamos de acordo, não temos nenhuma objecção à proposta, de todo o modo, não queria deixar de fazer notar, que apesar de todas as declarações muito eloquentes que aqui foram feitas desta Bancada, o Partido Socialista, só falou nesta Assembleia, sobre a Pereira da Costa, por haver intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou as diligências que a Câmara Municipal, e obviamente que a Câmara Municipal teve nesta matéria, e do Partido Socialista, não se ouvi uma palavra sobre este assunto.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Assembleia: “Vamos proceder à votação, Senhores Deputados, com este Órgão da Administração Central, com esta alteração que aqui foi introduzida, e aceite pelo Grupo Municipal da CDU.”

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, sendo aprovada por unanimidade. (Documento anexo à presente Acta)

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** passou para o Período da Ordem do Dia, e informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico de Finanças e Administração, realizou a proposta, emitiu parecer favorável.

O Senhor Primeiro Secretário leu o parecer. (Documento anexo à presente Acta)

1 – Apreciação e votação, nos termos do nº.6 do Artigo 22º. Do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público para a Prestação de Serviços de Limpeza em Diversas Instalações Municipais – Abertura (Proposta nº. 470/2006)*”;

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, eu vou dar a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, mas depois em Conferencia de Lideres teremos de tratar desta matéria, porque as Comissões não podem dar parecer, a que a proposta seja apreciada em Assembleia Municipal, quem dá parecer é o Presidente da Assembleia Municipal, quando as propostas lhes chegam, no futuro teremos que falar sobre esta matéria, e portanto considero este parecer como um não parecer, peço desculpa.”

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, aliás esta proposta, e as outras propostas que aqui estão, apenas vêm à Câmara, e é bom que tenhamos uma noção daquilo que são as competências de cada um dos Órgãos, pela questão de termos encargos financeiros para o ano seguinte, só por causa disso, e por isso acho que, enfim, é esse o motivo, não tem, naturalmente a Câmara que submeter a Assembleia a aprovação destas

propostas, é competência do Executivo, é apenas pelos compromissos financeiros para o ano seguinte, aquelas propostas vêm à Assembleia, maneira que esta é a norma, e por isso acho estranho o parecer da forma como está, até parece que a Câmara tinha que pedir a autorização a alguém, e aprovar para submeter à Assembleia Municipal, muito obrigado.”

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia**, passou à votação.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à presente Acta).

2 – Apreciação e votação, nos termos do nº. 6 do Artigo 22º. Do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho da Proposta da C.M.A. relativa a **“Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviços de Vigilância em Diversas Instalações Municipais – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato (Proposta nº. 471/2006)”**;

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa**, passou à votação.

A proposta foi aprovada por 27 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção. (Documento anexo à presente Acta).

3 – Apreciação e votação, nos termos do nº. 6 do Artigo 22º. Do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da Proposta da C.M.A. relativa a **“Ajuste Directo para Aquisição de Serviços de licenciamento de Equipamento Informático – Adjudicação (Proposta nº. 476/2006)”**;

Senhor Presidente da Câmara: “Para alguns esclarecimentos, penso que na própria Comissão, não tenham ficado tão claros, e era importante esclarecer, continuo a dizer, esta é a mesma lógica, vem à Assembleia, tendo em conta que, tenho que dar contas para o ano seguinte o seguinte, mas de qualquer maneira é bom a explicação sobre a questão do procedimento, já agora, que não era esta forma, mas vamos, naturalmente, continuar, a Câmara a responder, como sabem, a Câmara Municipal, em 1999, fez um contrato com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

microsoft, não é, para fornecimento de processamento dos computadores que temos cerca de 350, prazo esse, e que terminou, que tinha um programa que terminou há três anos, a Câmara resolveu, novamente lançar um procedimento, o único detentor desta tecnologia é a microsoft, a microsoft tem a nível da Central de Compras do Estado, quatro empresas que têm um entendimento de trabalhar com este tipo de produto, com a microsoft, que é a Prológica, o Corte Inglês, a Datinfor, e a CPSSIS, e aquilo que ficámos, numa consulta, que fizemos com a microsoft, é que, o tipo de contrato que têm, é um contrato que o preço é igual, quer seja qualquer uma destas instituições, que têm um acordo com a microsoft, o preço é igual, a única questão que permite, geralmente é entre 1 a 5% de mais-valia, em relação à facturação que foi feita, por parte, naturalmente, das empresas, dados que é acrescentado ao valor, todas as empresas prescindiram desse valor, ou seja, o valor que qualquer uma delas que fosse este, para este tipo de equipamento era zero, digam-me assim, mas onde é que está os rendes, os rendes estão, naturalmente, com base na facturação, a própria microsoft, dar em relação à empresa que tiver o serviço, uma percentagem em relação à facturação que faz, qual é a questão da diferença, e porquê a Prológica, tendo em conta que, a Prológica era aquela que nos apresentava uma situação mais vantajosa, do ponto de vista, daquilo que tem a ver com a assistência, e com a questão da assistência técnica e de conservação, e por isso, foi nesta base, o valor sendo igual para todos, ou seja, tanto fazia ser uma como ser outra, mas aquela que nos dá melhores condições, desde o ponto de vista de, mais horas de formação, e mais assistência, foi a Prológica, o valor era igual, portanto, tanto fazia ser uma como ser outra, mas esta do ponto de vista daquilo que foi a análise feita por nós, era esta que nos dava, de facto, melhores condições, porque o resto era todo igual, o preço é o mesmo, e em relação àquilo que se via à mais-valia, no final tanto fazia ser uma como ser outra, porque a microsoft dá a qualquer uma delas, com base na facturação um valor entre 1 a 5%, muito obrigado, Senhor Presidente.”

Senhor Deputado João Paulo Castanheira. “Muito obrigado Senhor Presidente, eu queria dizer que não tenho, em relação a este caso concreto, que estamos aqui hoje a falar, nenhum

tipo de inquietação, ou seja, as explicações que foram dadas em Sede de Comissão, permitem-me aqui ter alguma tranquilidade, no sentido de sentir que aquilo que é o interesse da Câmara, no sentido que o interesse da Câmara é basicamente ter um serviço de qualidade, ao melhor preço, não tenha sido assegurado neste caso, nada me leva a crer que isso tenha acontecido, e portanto antes pelo contrário, não tenho aqui nenhuma inquietação em relação a essa matéria, mas apesar de tudo, uma nota que eu queria aqui deixar, e justificar qual é a nossa posição de voto, tem a ver com o seguinte, nós estamos a falar de uma despesa de cerca de 93.000 euros por ano, por três anos, o que significa que estamos a falar de uma despesa de cerca de 280.000 euros, e há aqui uma questão de princípio, que nós defendemos, neste caso, como noutro qualquer caso, é que por princípio somos contra os ajustes de directo, achamos que, em situações como esta, e quando se falam de verbas desta ordem de grandeza, deve a Câmara antes optar por Concursos Públicos, em vez de ajustes de directos, e eu percebo aqui o argumento, porque foi o argumento dado, um argumento que eu aceito, como tendo alguma importância, que é a questão da agilidade, não é, a agilidade é importante, mas também achamos que quando se fala de adquirir um serviço com esta ordem de graveza de custo, deve ser, digamos, preparado, com antecipação suficiente para que possa lançar um Concurso Público, e não ter que recorrer, por uma questão de agilidade, a um ajuste directo, e devo também dizer, que em relação à questão do ajuste directo, com uma empresa que faz parte da Central de Compras do Estado, é evidente que isso também nos dá aqui algum conforto, e alguma tranquilidade, porque é evidente que se uma empresa está na Central de Compras do Estado, necessariamente que ela teve que entrar, em algum momento, num processo de concorrencial, não é, e que assegurará que, de facto, o serviço tenha de facto um preço competitivo, mas também é verdade que, e esse é o nosso entendimento, que o facto, só por si de estar numa Central de Compras do Estado, não garante que não haja melhores soluções no mercado, ou seja, nós entendemos que, sempre, é sempre desejável ir ao mercado num determinado momento, ou seja, nada nos garante que uma empresa que não esteja na Central de Compras do Estado, não pudesse neste caso concreto, de facto, oferecer melhores condições do que as empresas que estão na Central de Compras, e por isso, defendemos, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

uma questão de princípio, que se façam concursos públicos, abster-nos-emos nesta matéria, é evidente que estamos aqui a discutir isto, por uma questão que tem a ver com plurianualidade do assunto, mas eu não me vou limitar aqui a pronunciar sobre a plurianualidade, senão não diria aqui nada, não é, portanto, uma vez que isto vai à Assembleia, achamo-nos no direito de pronunciar sobre o procedimento e a figura adoptada pela Câmara Municipal, e dizer também, que necessariamente, é evidente que se as empresas, prescindem da sua margem de 1 até 5%, e no fundo aquilo que ganham, penso que é esse o caso, um desconto dado pela microsoft, também não saberíamos se havia alguma empresa que se ofereceria, no fundo, até abdicar parte do desconto, não é, e conseguir preços ainda melhores para a Câmara, portanto, há aqui várias nuances nesta matéria que na nossa opinião, aconselham que se façam concursos públicos em vez de ajuste directo, e é essa nota que eu queria deixar, embora, eu esclareça uma vez mais, que não temos nada em concreto nesta situação, à vontade, nem nenhum tipo de inquietação particular em relação a esta matéria.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer os esclarecimentos que o Senhor Presidente aqui prestou sobre esta proposta, de todo o modo, eu não resisto a fazer algumas considerações, porque me parece esta proposta, em alguns aspectos, verdadeiramente exótica, exótica, porque nós estamos habituados a ouvir falar do livre jogo da concorrência, e do livre jogo das forças de mercado, e que isso é que bom, o mercado livre, etc., e portanto, em primeiro lugar, eu não vou referir algumas imprecisões, que estão na proposta que a Câmara Municipal aprovou, porque os 350 computadores que o Senhor Presidente referiu, está na informação dos serviços, não está na deliberação de Câmara, na deliberação de Câmara, diz que existe 650 computadores que não estão devidamente regularizados, está aqui, está aqui escrito na proposta de Câmara, Senhor Presidente, considerando numero dois, os 350 computadores que o Senhor Presidente referiu, estão referidos na informação dos serviços, não está referido na deliberação de Câmara, e a primeira nota, é esta, que é de espanto, Senhor Presidente, é que a Câmara Municipal, tem 350 computadores, que não estão licenciados, o software, não está licenciado, Senhor

Presidente, e o Senhor Presidente, no ponto numero quatro, diz que importa por um atraso exposto, iniciar uma nova etapa de licenciamento microsoft, de modo a cumprir com os formalismos legais, oh Senhor Presidente, isto não é um formalismo legal, Senhor Presidente, ter a software ilegal, é pirataria, Senhor Presidente, não é uma formalidade, não é uma formalidade, é pirataria, Senhor Presidente, e eu acho inconcebível como é que a Câmara Municipal tem 350 computadores, com software que está ilegal, primeira nota, segunda nota, Senhor Presidente, eu acho que é má gestão, sinceramente, acho que é má gestão, que a Câmara Municipal, vá despende uma verba, como esta que aqui foi referida, de mais de 200.000 euros, para licenciar software patenteado, quando o Senhor Presidente, e existem software de acesso livre, que não é patenteado, que pode ser facilmente descarregado do computador através da internet, para qualquer computador pessoal, e que inclusivamente, Organismos Públicos, estou-me a lembrar do Ministério da Justiça, mas não só, há outros Organismos Públicos, que já autorizam, estou-me a lembrar da Caixa Mágica, por exemplo, e portanto, acho má gestão, que a Câmara Municipal esteja a gastar milhares de euros, a pagar um monopólio à Microsoft, quando existem alternativas livres, de acesso livre, acho que é dinheiro deitado à rua, e, por outro lado, acho também inconcebível como é que a Câmara Municipal, admite render-se a dois monopólios, porque evidentemente, a Microsoft é um monopólio, tanto assim é, que determina as regras de quem tem as suas patentes ou não, e depois há um segundo monopólio, que é o monopólio de quem tem o primeiro lugar nas Compras do Estado, e portanto, a regra de funcionamento do mercado, está a dormir, até ao próximo concurso das Compras do Estado, porque até lá, não há concorrência, até lá as outras empresas podem fechar a porta, e podem achar que a Administração pública já não vale a pena, porque o que vale, é o concurso para a Central de Compras do Estado, portanto, sinceramente, eu acho que esta proposta, francamente, não tem nenhuma ponta por onde pegar, Senhor Presidente, com toda a franqueza, acho que é um mau serviço que é prestado ao Município, acho que é dinheiro deitado à rua, quando existem alternativas, seguras, estáveis, creditadas por outros Organismos Públicos, que não têm este encargo financeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

para o Município, e que mesmo, admitindo, que algumas dessas aplicações informáticas não estariam acessíveis nesta forma, de todo o modo a verba nunca seria de 200 e tal mil euros.”

Senhora Deputada Patrícia Ferreira: “Boa noite a todos, eu começo por fazer uma ressalva à intervenção anterior, eu fiquei com a ideia que aquilo que está a propor também é um bocadinho ilegal, porque ao fim ao cabo estamos a fazer um download de sistema informático, acho que o suporte informático, posso estar enganada, posso-lhe dizer que de informática não percebo muito, mas deu-me a sensação que não é assim muito legal, portanto se estamos a criticar de haver, supostamente, estou a fazer um alerta, relativamente a esta Ordem de Trabalhos, o PSD vai-se abster, exactamente por aquilo que já foi dito pelos motivos que o CDS apresentou, achamos que deveria ter sido o procedimento escolhido, não deveria ter sido este, não deveríamos ter recorrido ao ajuste directo, estão em causa, quantias monetárias muito elevadas, não estamos a pôr em causa a transparência do ajuste directo, mas, efectivamente o concurso público, ainda que fosse mais demorado, e ainda que tivesse custos para a Câmara Municipal da Amadora, mais elevados que o ajuste directo, que não há qualquer custo, seria pelo menos mais transparente, e ia realmente acautelar se não haveria no mercado, não só na Central de Compras, mas também no mercado, alguma entidade que fizesse um preço e propusesse condições mais favoráveis, e nesse sentido, o nosso voto, será mesmo de abstenção, muito obrigada.”

Senhor Deputado Rui Lourenço: “Boa noite Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, boa noite à Mesa, boa noite Senhor Presidente da Câmara, boa noite Senhoras e Senhores Vereadores, boa noite caros colegas, eu francamente nunca pensei que este assunto, nunca trouxe-se tanta polémica aqui à Assembleia, depois da maneira acordada, como correu na Comissão de Finanças, mas de qualquer maneira, eu gostava de trazer aqui alguns factos, já disse, para não, para entrar debate nem em dialogo com nenhum dos Deputados, qualquer um deles tem uma opinião bem definida e bem formada, mas eu gostava de relembrar, quando se decidiu criar a Central de Compras do Estado, foi por um objectivo muito coerente, o

objectivo coerente foi, proporcionar à Administração Central e à Administração Local, e em geral à Administração Pública, bons preços, boa qualidade, a garantia da legalidade dos produtos, e acima de tudo, poupança do Estado, poupança de recursos, em termos de burocracia, e em termos dos melhores preços, além disso, eu gostava de lembrar, que as maiores empresas do mundo, utilizam um procedimento para conseguirem os melhores preços, e fazem isso de forma racional, se não fosse assim, estariam falidas, porque o objectivo é o lucro, e qual é que é esse procedimento, é o ajuste directo, por isso, é que eu, me faz um bocadinho impressão, as pessoas discutirem a questão do ajuste directo, não há nenhuma empresa no mundo, que funcione de forma racional, tendo por objectivo o lucro, não funcione com o ajuste directo, o ajuste directo, não implica escolher uma empresa e adjudicar essa empresa, implica fazer uma pesquisa de mercado e uma consulta das empresas, foi o que foi feito aqui, facto adicional, as empresas que proporcionam este serviço, ou seja, o licenciamento da microsoft windows, proporcionam todas o mesmo preço, ou seja, não há diferença nenhuma entre os fornecedores, portanto, estamos a falar aqui de uma discussão que não faz sentido, discutir um fornecedor ou outro fornecedor, o preço é igual, foi aqui dito, várias vezes, o que é que difere de uma proposta de outra proposta de outra empresa, horas de formação e assistência técnica, foi aqui referido que esta empresa é que proporciona melhores condições à Câmara, discute-se aqui a questão de um sistema alternativo ao da microsoft windows, fala-se de um sistema linux, que é realmente gratuito, e de download pela internet, mas conhecem alguma empresa, de uma dimensão equiparada à Câmara Municipal da Amadora, que funcione desta forma, sem a necessária investigação, e porque tem outros recursos adicionais, conhecem, sabem o montante de investimento que deveria de ser feito numa casa destas, de informação e de adaptação dos programas, sabem perfeitamente que não era este valor que estamos a falar, gostava de vos referir ainda, que esta situação também de download da internet, também tem graves problemas a nível de segurança, da segurança informática, eu não vou entrar em demagogia, nem em diálogo, isto são factos, e que têm de ser tratados como factos, é discutível outro tipo de situações, agora meus amigos, por amor de Deus, tenho dito."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado Rafael Evaristo: "Bem, eu posso não perceber de muitas coisas, mas esta, graças a Deus, ainda é aquilo que me ganha o pão, portanto, a questão que aqui se coloca, acima de tudo, é verídico o que aqui foi dito pelo Senhor Presidente, porque o esquema de licenciamento de microsoft assenta basicamente desta forma, a microsoft faz a sua distribuição através de parceiros, e depois negocia internamente, por isto, isto é um sistema tranquilo, é para todo o mundo assim, é igual, e pronto, não há muito a dizer sobre isto, a questão que aqui se coloca, é o que é que estas empresas dão em retorno, geralmente são horas de formação, edonios, enfim, outras distribuições e outro tipo de situações, mas o que é que eu aqui venho falar, não é da bondade daquilo que aqui temos e daquilo que nos é apresentado, que é um mal necessário, então o que é que podemos fazer, para alterar este mal, foram aqui falados softwares livres, e outras situações como é o caso do lidels, posso dizer que o linux é dos sistemas mais estáveis que há, aliás quem já teve o seu KrEx, e o seu ecrã azul, quando tinha um documento word, qualquer Kramer sabe do que é que eu estou a falar, podia-vos dar aqui estatísticas sobre aquilo que são computadores que estão ligados há anos, e que nunca foram desligados, com sistemas linux, e outros, que é o caso com a microsoft, temos sempre que fazer aquele robot, senão o computador começa a ficar um pouco lento, mas o que é que eu quero dizer com isto, é que, a nível de utilizador, a curva de aprendizagem, em relação a esses sistemas, nomeadamente outros sistemas, substituem o office, pode que pode ser feita, aliás, há empresas em Portugal, empresas que eu considero racionais e das melhores, que andam, aí na berra, que efectivamente estão a fazer isto, estão a reduzir custos através da alteração do seu software, nomeadamente do sistema base, do sistema operativo, porque quando se faz um contrato leasing com o PCv, por isso seria mais inteligente, em vez de adquirir equipamento, adquirir o serviço, porque não tínhamos que nos preocupar com a manutenção, não tínhamos nada de preocupar absolutamente com isso, a questão tem a ver com tudo o que depois se coloca em cima, ou seja, quanto é que custa um licenciamento de office, depois estamos aqui a falar de outras coisas, eu não conheço as aplicações da Câmara e nem sei como é que funcionam, talvez fosse interessante saber,

depois temos aqui uma questão que é, da Pretend servidor, como é que de alguma forma podemos estabilizar isto, ou seja, como é que nós podemos poupar dinheiro, não é agora, é lançar um projecto, para efectivamente daqui a dois anos, estaremos preparados, para abraçámos com força, aquilo que nos pode reduzir custos, isto é investimento, alterar a infra-estrutura, além disso há um projecto que foi lançado, alô digital, não sei como é que é, que podia de alguma forma ajudar-nos nesta situação, ou seja, o que eu gostaria de deixar aqui, é que a oportunidade existe, há learnings tirar disto, é fazê-los agora, a iniciativa que corre.”

Senhor Presidente da Câmara: “Oh Senhor Presidente, eu reconheço que estou abismado com tantos especialistas em informática, eu reconheço que não sou nada especialista em informática... (mudança de cassette) ... ter a oportunidade de ter pelo menos um bom consultor de informática, que é o engenheiro senhor Bruno Soares, particularidade, bom, e eu não ponho em causa, que o Engenheiro Bruno Soares entende que esta deve ser a estratégia, que, quem sou eu, para pôr em causa aquilo que é a sua competência técnica, não só nesta Câmara, mas em várias Câmaras e em vários Organismos como o Senhor Deputado sabe, o Carlos Almeida conhece bem, e sabe bem, enfim, do que estamos a falar, estamos a falar de uma pessoa, um aval suficiente e experiência nesse sentido, e quando o Senhor Deputado diz, que nós estamos a licenciar 350 computadores e 8 servidores, o que eu disse, foi que é, em 99 foi o processo que fizemos, em 99, Senhor Deputado, aliás, conforme a informação diz, (documento em anexo), bom, oh Senhor Deputado, vamos lá ver uma coisa, a exclusividade, são aquelas empresas, a exclusividade têm, são aquelas quatro, estão as quatro inscritas na Central de Compras do Estado, não é, naturalmente, aquilo que nós fizemos, é, entre as quatro, se os valores eram diferentes, o acordo que existe entre a microsoft e estas empresas, é margem zero, em relação àquilo que é vendido ao cliente, a diferença é, em que umas oferecem mais horas, formação e assistência entre outros, e aquela que nós escolhemos, com base, naturalmente, na experiência e na conversação que tivemos com a microsoft, foi aquela que nos dava mais horas, mais formação, e mais assistência, portanto foi esta, o Senhor Deputado diz assim, que concurso fariamos, se fizéssemos um concurso para os mesmo, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

calhar eram os mesmos, porque tinham a exclusividade, naturalmente não tinham este acordo, e iam-nos pôr a margem em cima como tinham este acordo com a microsoft, e com a condição, onde é que as empresas vão buscar a margem, é com base na facturação, que a microsoft dá-lhes a ela, com base na facturação dos clientes todos que têm uma percentagem que vai entre 1 a 5%, isso não tem a ver com o preço que está, nem eles baixam o preço, há o acordo, em como eles têm que manter aquele preço, e por isso, Senhor Deputado, dizer-lhe, dificilmente, conseguiríamos, de facto, fazer este tipo de negociação, aliás, quero-lhe dizer uma coisa, o Senhor Deputado também sabe isso, nós em tempos lançámos um procedimento, através da Central de Compras de Estado e depois fizemos um consenso de negociação, quando foi para a alô digital, para a compra de computadores para os quatro municípios, nomeadamente para as escolas, e conseguimos um valor mais baixo, do que aquilo que era, o valor último, da Central de Compras de Estado, mas partimos da Central de Compras de Estado, como é evidente, e esta questão, se não houvesse esta exclusividade com estas quatro empresas, iríamos negociar empresa a empresa, a partir da altura que há esta exclusividade, há este valor, há base de partida, ou seja, há aumento zero, ou seja, não têm mais valor, e só há a questão de diferença, do ponto de vista, que é, uma dá mais horas e outra dá menos horas, nós optamos, naturalmente, pela aquela que nos dá mais hora, não ia-mos optar por aquela que nos davam menos horas, porque o valor era o mesmo, Senhor Deputado, portanto, obrigado.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: “É uma questão menor, mas, já agora para que fique registado, que aquilo que eu disse, foi o seguinte, na informação do núcleo de informática, está escrito que a Câmara Municipal, assinou em Dezembro de 99 um contrato, para 350 computadores e 8 servidores, depois no parágrafo a seguir, diz-se assim, o parque informático actual da Câmara, é constituído por 650 computadores e 11 servidores, o que significa que cerca de 50%, não está devidamente regularizado, na proposta que foi a deliberação de Câmara, diz-se o parque informático desta Câmara, tem vindo a aumentar substancialmente, encontrando-se actualmente 650 computadores e 11 servidores, que não estão devidamente

regularizados, ou seja, enquanto na informação dos Serviços diz que há metade de 650 que não está regularizado, a proposta que a Câmara deliberou, diz que 650 não estão regularizados, é uma questão de precisão e de rigor.”

Senhor Presidente da Câmara: “Oh, Senhor Deputado, isto a gora é mesmo um ‘fait-divers’, não é, é um ‘fait-divers’, o Senhor Deputado nunca se enganou, oh Senhor Deputado, é os considerandos, como sabe, que foram feitos, e é assim, alguém que fez, naturalmente se enganou, e por isso Senhor Deputado, pega nesta questão, que é um mero engano, até parece que o Senhor Deputado nunca se enganou, aliás já vi várias vezes enganar-se, e eu também, felizmente, não é, mas reconheço, não mando enganar ninguém, bom, não vou penalizar toda a gente, nomeadamente quem fez a proposta, e quem fez o texto, bem, isso é outra questão, Senhor Deputado, sobre a questão da boa gestão, e desperdício dos dinheiros públicos, que os Senhores Deputados querem insinuar, é assim, Senhor Deputado, para dizer, a saúde e a boa gestão que temos tido, sobre a gestão que tem sido feita e a gestão dos dinheiros públicos, a nossa saúde financeira, demonstra o contrário, demonstra aquilo que o Senhor Deputado pensa que é má gestão, no meu ponto de vista, eu como digo não tenho conhecimentos técnicos, mas estou disponível para o Senhor Deputado, que tem tantos conhecimentos técnicos, para junto do nosso assessor técnico para esta área, discutir com ele, se tem outras soluções mais vantajosas e mais baratas Senhor Deputado, e se o Senhor Deputado tiver, se tiver, naturalmente iremos por aí.”

Senhor Deputado Rafael Evaristo: “Senhor Presidente, eu agradeço a benesse, eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente, e também foi aqui falo por um dos seus colegas do PS, se conhece o conceito de Galp, o conceito de leilão invertido, a nível de Centrais de Compras, é da melhor que está no País, a Galp, faz os melhores negócios, a nível do que tem de departamento de logística, é também uma questão a colocar, talvez a usar nos próximos ajustes.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente da Câmara: “Eu não conheço nenhuma figura jurídica, comprimida a utilizar compras da Galp, não conheço, uma ignorância minha, não?”

Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Mesa** colocou a proposta à votação. A proposta foi aprovada com 21 votos a favor, 10 votos contra e 8 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

4 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*concurso público internacional para prestação de serviços de Vigilância (Proc.º 113/05) – renovação do contrato e respectiva Minuta (Proposta n.º 483/2006)*”.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que houve reunião da Comissão de Desenvolvimento económico, emitiu aquele parecer.

Informou também que não o lia por não ser considerado parecer, como foi dito anteriormente.

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação. A proposta foi aprovada com 29 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção. (Documento anexo à presente Acta)

5 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*concurso Público internacional para prestação de Serviços de Limpeza (Proc.º 93/05) – Renovação do Contrato e Respectiva Minuta (proposta n.º 484/2006)*”;

Não havendo intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação. A proposta foi aprovada com 34 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções. (Documento anexo à presente acta).

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº.1 do Artº.87 da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, de *“Projecto de Moção sobre a Situação da ex-Sorefame”*.

Senhor Deputado António Tremço: “Bom, entrando agora, de facto no ponto, sobre esta situação da ex-Sorefame, nós de facto apresentámos uma Moção, como foi dito, nas várias reuniões, incluindo a última, da Comissão, nós deixámos claro que só tínhamos apresentado esta Moção seguindo o que está no Regimento, e que da nossa parte, nos interessava fundamentalmente, era que conseguíssemos uma Moção de consenso de todas as Forças Políticas, no sentido da resolução do problema, e penso que é isso exactamente que nós queremos, eu já agora ia falar um pouco sobre esta situação, muito rápida, porque todos os Deputados conhecem o que tem sido a luta, depois da Bombardie encerrar as instalações, e encerrar concretamente a produção em Portugal, em 2004 a Bombardie resolveu fechar a produção ferroviário em Portugal, despedindo trabalhadores e outros negociando com outros trabalhadores, e a partir dessa data, os trabalhadores iniciaram uma luta, junto dos Órgãos responsáveis do Governo, no sentido de, que houvesse possibilidade de novo reabrir a empresa, para que Portugal tivesse a possibilidade de continuar a fabricar material ferroviário, é lamentável, que de facto se passassem três anos, como é que é possível, depois dos vários compromissos assumidos pelos vários Governos ao longo do tempo, incluindo um Governo que assumiu o compromisso anteriormente, de que em 2005, Setembro de 2005, iria ser reaberta a empresa, e que de novo se estaria a fabricar material ferroviário, como é que é possível, estarmos praticamente no final de 2006e continuar a empresa completamente encerrada, com todo o seu equipamento, numa situação de degradação, sem aproveitar esse equipamento, por outro lado, não se compreende como é que é possível querermos um país desenvolvido, falarmos em tecnologias, quando temos ali uma tecnologia avançada, deixarmos destruí-la, e deixámos que as multinacionais tomassem conta do know-how , que era know-how nacional, como vocês sabem, a Sorefame durante 50 anos, mais de 50 anos, produziu todo o material de energias dentro de Portugal e não só, a nível mundial, incluindo tantas barragens existentes, a nível mundial, tinha o know-how tanto em termos técnicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

como em termos de fabricação, e tinha em termos ferroviários, exactamente a mesma situação, o que é certo é que, isto foi destruído ao longo do tempo, e nós agora, a luta que temos encetado ao longo destes tempos, é de facto, para dar possibilidade de Portugal, continuar a produzir material ferroviário, como é que é possível, qualquer governante, seja ele de direita, seja de esquerda, qualquer governante, como é que é possível, deixar que isto esteja a acontecer, e quando, ainda mais grave, nós estamos a ver as encomendas a nível nacional, serem feitas no exterior, nós verificámos o metro do sul, onde é que foi feito, em Espanha, chegaram aqui com o metro montadinho, é metido no carril e está a andar, o metro do Porto agora, tudo indica que vai ser feito na Áustria, e em 25 locomotivas para a CP, a continuar neste ritmo, vai ser feito exactamente no exterior também, isto é lamentável, isto é inacreditável como é que isto está a acontecer, quando podámos ter, de facto centenas de postos de trabalho ocupados em Portugal, em vez de estarem no desemprego, estarmos a criar uma riqueza que era tão importante para o nosso país, com a situação tão difícil que se encontra, mas o que é certo é que estamos nesta situação, mesmo com o desenvolvimento todo à luta, mesmo com os compromissos dos vários governos, incluindo o actual, o que é certo, é que até hoje, não conseguimos fazer uma coisa que é esta, nem tão pouco a escritura daquilo que foi vendido pela Bombardie à REFER, que realmente não se compreende, como é que é possível, há um documento de compra e venda assinado pela REFER com a Bombardie, há vários meses, e até hoje não se conseguiu avançar para a escritura, e agora, ainda somos apanhados por um paradoxo, que é este, a Bombardie, faz chegar à Câmara Municipal da Amadora, não aquilo que devia ter feito chegar, mas o loteamento de todo o terreno existente na antiga Sorefame, o que veio criar uma situação é que portanto, obrigou a Câmara a ter que tomar a posição, que na nossa opinião está correcta, mas o problema é que não podemos ficar por aqui, está correcta a posição da Câmara, mas o que não está correcto, é que, primeiro, nós não conhecemos aquilo que foi vendido, o que é que a Bombardie vendeu ao Governo, o que é que o Governo comprou, quando é que comprou, e quando pretende fazer a escritura, porque quando nós compramos uma coisa, é para fazer uma escritura, com certeza, não é, quando compramos uma casa, passado meses, fazemos uma escritura, como é

que é possível, o Governo ter comprado a Bombardie, avançando os tais 45%, avançando 10% da compra, e passar estes meses todos, andar nesta situação, parece que ninguém sabe como resolver o problema, isto de facto é uma vergonha, só num país do terceiro mundo, como o nosso, é que isto pode acontecer, só num país do terceiro mundo, porque num país evoluído isto não acontecia, é impossível, não é, portanto isto é um problema, isto é uma situação, de facto lamentável, e o que nos interessa fundamentalmente com o Poder Local, não há problemas, a gente pode continuar, se os Senhores Deputados não quiserem ouvir, não há problema nenhum, eu calo-me já e não há problema, se isto não preocupa os Senhores Deputados, a empresa, postos de trabalho, encantados da vida, eu retiro-me, e não há problema nenhum, Senhores Deputados, não há problema nenhum, eu estou apenas, estou a pôr aqui um ponto de vista, e os Senhores Deputados depois porão o seu ponto de vista, como eu ia dizer, para nós é importante, que o Poder Local tivesse aqui uma intervenção sobre esta situação, já que de facto o Governo não anda, é que neste momento, nós não sabemos o que é que o Governo quer, o que é que o Governo quer em relação a isto, quer ou não quer reabrir a empresa, quer ou não quer que Portugal continue a fabricar material ferroviário, o Governo tem obrigação de nos explicar, não só em relação aos compromissos que assumiu, como vocês se recordam, quando o Governo foi empossado, a Senhora Secretária de Estado, numa Conferência de Imprensa, toda pomposa, recordam-se, veio dizer claramente, que da parte dela, iria fazer todo o esforço para que rapidamente este problema fosse ultrapassado, que ela também considerava, que é importante que Portugal, volta-se a ter know-how, e que volta-se a fabricar material ferroviário, ora se isto é assim, penso que nós devemos estar na mesma onda, mas na prática, parece que a situação é diferente, os trabalhadores continuam a lutar, continuam a passar noites no Ministério e noutros lados, o que é certo é que as coisas não andam, nós dizemos, é que também, aqui o Poder Autárquico tem um papel importantíssimo, e agora mais, numa reunião que tivemos com o Senhor Presidente, apareceu-nos uma situação ainda mais complicada, que é agora, um outra empresa do nosso Concelho, a ameaçar, sair também de Portugal, se não fosse resolvido o problema de terreno, que é concretamente, uma empresa, também na zona industrial, que já está aqui implantada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

também, há umas dezenas largas de anos, então se é assim, então mais uma preocupação temos, para a resolução ser urgente, não estamos apenas a defender a possibilidade de fabricar material ferroviário, mas estamos também a defender a possibilidade de continuar com uma empresa que está aqui há umas dezenas largas de anos, que tem centenas de trabalhadores, e que se de facto o problema não for resolvido, podemos criar uma situação muito complicada, e podemos dar a possibilidade de mais uma empresa sair do nosso País, tendo em conta, uma situação grave que vamos atravessar no futuro, portanto sabemos que houve uma reunião com o Senhor Presidente com a Senhora Secretária de Estado, em determinada altura, sabemos também que essas reuniões continuaram, sabemos também que nós vamos continuar a fazer essas reuniões, agora sabemos também, tanto a Câmara como a Assembleia Municipal tem um papel importante, e era nesse sentido que era bom, nós hoje aqui, isto é um problema de todos, o problema do País não é de qualquer um, é um problema de todos, nós estamos a ver que quanto mais se agrava a situação económica do País, mais se carrega sobre quem, é sobre quem trabalha, é direitos que vão tirando, é problemas de reforma, é problemas de várias ordens, e o futuro que aí vem, é exactamente esse, e o que é que nós queremos em relação ao futuro, para este país, isto não é um problema de brincadeira, não é só da, do b, ou do c, isto é um problema de todos nós, portanto se conseguirmos, todos em conjunto, reabrir uma empresa que fabrique material ferroviário, que em Portugal se continue a fabricar aquilo que sempre se fabricou e que a riqueza seja criada para o nosso país, acho que é importante para todos, portanto, é nesse sentido, que mais uma vez, deixemos aqui de bandeira, quem leva a bandeira à frente e quem leva a bandeira atrás, para nós o que nos importa, e para mim, sinceramente, o que me importa é fundamental, é que aquela empresa reabra, é que os governos assumam os seus compromissos, e é que Portugal continue a fabricar material ferroviário, como fez agora nestas últimas décadas, portanto, vamos todos ver se aqui em conjunto, conseguimos aqui ultrapassar essas querelas, e vamos todos em conjunto ver se defendemos, não apenas uma empresa que seja reaberta, mas também a outra, que não saia do nosso Concelho, que para nós também é importante, são centenas de postos de trabalho que

estão ali, e mais centenas que se possam criar, se de facto, a empresa se possa avançar que em determinada altura falou.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público, eu antes de avançar para a questão da Bombardie/Sorefame, e apoiando-me nas palavras do Senhor Deputado António Tremçoço, gostava de trazer aqui um pouco mais de história, em relação há história que o colega aqui trouxe, eu se bem me recordo, e sou novo, sou relativamente novo, não tenho a história toda, e portanto vou falando de memória daquilo que ouvi, ou que li, recordo-me que o Grupo Sorefame, incluía uma empresa que se chamava Hidrosorefame, e colaborava nos ides de 95 se não me engano, nas obras de uma barragem que estava a ser construída pelo grupo EDP, alugueres em Vila Nova de Foz Côa, mas nessa altura, como hoje, havia umas gravuras que tinham que nadar, e como não sabiam nadar, tinham que ser salvas, e nessa altura, quando a Sorefame, passou também por dificuldades, quando a Hidrosorefame, viu o seu negócio, e trabalhadores sendo postos na rua, porque aquela empreitada em particular acabou, e 20.000.000 de contos foram lá enterrados, nessa altura era mais importante contestar o Governo do PSD, salvar as gravuras, impedir que as gravuras não se afogassem, e não se preocuparem com o problema dos trabalhadores, é que isto é uma questão prévia, mas é uma questão curiosa, porque leva-nos a pensar que a política serve para muitas coisas, serve, nomeadamente, para nós nos servirmos dela, para trazer aqui o interesse dos trabalhadores, quando eles nos interessam a nós, e nos esquecemos no passado, em prol de outros interesses, dos interesses desses mesmos trabalhadores, é que eu pergunto, naqueles tempos, em que o Grupo Sorefame ainda existia, em que o Grupo Sorefame produzia comboios, em que o Grupo Sorefame tinha uma empresa chamada Hidrosorefame, quem é que pensou na Hidrosorefame, quando os trabalhadores que lá estavam, foram parar à rua, porque aquele empreendimento em particular, foi exposto em causa, e acabou, é que ninguém se lembrou, e essa história, e essa questão prévia, é preciso fazer, o problema é que as pessoas não se lembram dela, lembram-se agora, agora aqui, para fazer show off político.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado, nós estamos aqui a discutir uma matéria, que eu acho, que pode ser obviamente, se as pessoas assim o quiserem, politizada, e partidarizada, mas penso que não será esse o objectivo, até porque, daquilo que tem sido a discussão que tem havido, por mais do que uma vez, por várias vezes nesta Assembleia, acerca disso, tem havido um amplo consenso sobre esta matéria, ou seja, todos nós estamos preocupados com várias coisas, desde logo com o problema social que estamos a falar, ou seja, com o problema de postos de trabalho, que foram postos em causa, e isso é uma coisa que a todos naturalmente preocupa, o problema económico, nós estamos hoje numa situação em que as empresas de transportes do País, encomendam, como já aqui foi dito, material ferroviário, e esse material ferroviário é integralmente produzido no estrangeiro, o que é obviamente nefasto para a economia nacional, e eu dou sempre o exemplo daquilo que se pode fazer de diferente nesta matéria, por exemplo, o que está agora a fazer com a energia eólica, nós estamos a apostar fortemente, o País está a apostar fortemente na energia eólica, mas aquilo que foi feito, foi lançar um concurso internacional, em que os candidatos se comprometem a incorporar uma forte componente de produção nacional, naquilo que vai ser instalado, e em resultado disso, vamos ter a abertura de um conjunto importante de unidades industriais, que vão fabricar, grande parte dos componentes que vão ser instalados nos parques eólicos portugueses, e que vão até exportar tecnologia para o resto do mundo, e esse deve ser o critério, e deve ser a filosofia que deve presidir também, nesta matéria sobre os concursos sobre o material ferroviário, eu penso que há aqui, de facto, um amplo consenso, e o que eu esperaria da Assembleia de hoje, é que de facto, conseguíssemos aqui hoje, chegar a um texto consensual, como sabem, houve um trabalho da Comissão que analisou esta situação, houve um acordo em relação ao método de trabalhos, houve uma Moção preparada pela CDU, não vamos aqui voltar a falar sobre isso, mas houve também um acordo, no sentido, que as várias Forças Políticas, apresentassem propostas de alteração, que entendessem que podiam melhorar, sem obviamente, cortar aquilo que era o objectivo da Moção da CDU, e que pudessem, eventualmente melhorar aquilo que era a Moção da CDU, e foi isso que o Grupo

4

Municipal do CDS-PP e o Grupo Municipal do PSD, fizeram, preparar uma proposta de alteração, à Moção da CDU, por uma razão muito simples, é que nós achamos que devem ser aprofundadas, bastante aprofundadas as conclusões da Moção, e portanto, como é obvio, as preocupações que constavam da Moção da CDU, mas acrescentámos algumas preocupações que estavam ausentes, e que nós julgamos que são assuntos essenciais para nós, e desde logo estamos a falar de uma questão tão simples quanto esta, aquilo que nós defendemos, e penso que é consensual das forças políticas desta cidade, é que se reabra naquele terreno, seja de facto, uma fábrica de produção de material ferroviário, e que não seja, uma mera oficina de manutenção de comboios, que no fundo venha a acolher na nossa cidade aquilo que os outros não querem, no sentido que em Lisboa e noutros sítios do país se possam urbanizar os terrenos, valorizando-os, e que, aquilo que os outros não querem seja instalado na Amadora, e eu penso que essa preocupação, deve ser desde já aqui hoje estabelecida nesta Moção, uma outra nota que nós achamos que é fundamental, e eu digo isto, porque é uma declaração, e esta Moção, é uma Moção a aprovar pela Assembleia Municipal, e portanto, Senhor Presidente de Câmara, não leve isto como pensámos que a Câmara não tem essa preocupação também, ainda que a tenha, nós achamos que a Assembleia deve aqui dizer, e deve aqui afirmar hoje, que nunca permitirá a alteração do uso daqueles terrenos para fins, que não fins industriais, deve ficar aqui essa nota, para que, de facto, não haja tentações, que tenham a ver com qualquer coisa ligada à especulação imobiliária, com isso conseguiremos, seguramente refrear alguns dos apetites que possam existir, também, referir aquilo que já foi referido hoje aqui, que é uma questão fundamental, e que também não constava do texto da Moção, que é o que nos preocupa, muito nos preocupa, que, por um lado não haja, ou se arraste no tempo a questão da reabertura da fábrica de material ferroviário, da Sorefame, mas que por outro lado, não se dê a possibilidade de outras unidades industriais de referência, nomeadamente, duma unidade industrial de referência, que é fundamental também para a nossa cidade, e tem a vontade e o desejo de se expandir, e de não só manter como aumentar o número de postos de trabalho na nossa cidade, vê-se, obviamente impedida de o fazer, porque é uma grande indefinição em relação àquilo que se vai fazer nos terrenos da Sorefame, os terrenos sobrantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

em relação àquilo que é a necessidade para o material ferroviário, por último, achamos também, que a Assembleia deve não só, dizer que reforça o papel da Câmara, ou que pede à Câmara, não, achamos que a Assembleia, deve também ela própria fazer, e portanto, também achamos que deve a Assembleia Municipal, solicitar à Senhora Secretária de Estado dos Transportes, uma audiência, no sentido que a Senhora Secretária de Estado dos Transportes, com carácter de urgência, clarifique aquilo que são as suas ideias e os seus projectos para os terrenos da antiga Sorefame, achamos que há aqui um conjunto de medidas e um conjunto de coisas que gostaríamos de ver acrescentadas à Moção, e por isso mesmo, utilizando como base o texto da Moção da CDU, preparámos uma proposta de alteração, que no fundo é uma moção, mas que tem como base a Moção da CDU, mas que acrescenta, como digo, estes pontos que aqui falámos, e que eu não sei qual é que é a metodologia, se eu lerei aqui, ou se darei à Mesa, para que possa ser lida a nossa proposta de alteração.”

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente, muito obrigado, também telegraficamente, e penso que aquilo que hoje já ouvi, expressa um pouco, também aquela ideia que eu tentei expressar há pouco na minha intervenção, que era, que todos nós lucramos, não só com o trabalho da Comissão aprofundado sobre a matéria, como também na tentativa de encontrar um consenso sobre o mesmo, e só tenho pena que a Comissão, infelizmente, entretanto como esta Assembleia, também não possa, mas penso que também vai a seu tempo, também pedir à Administração Central, ou pedir às entidades, que possam responder relativamente a esta matéria, mas telegraficamente a questão que eu queria transmitir tem a ver com o seguinte, tenho obviamente muitas dúvidas e muita gente no rol de opções relativamente a este processo, não sei o que é que a REFER pretende, não sei o que é que a MEF pretende, não sei o que é que a Secretária de Estado pretende, não sei o que é que a CP pretende, não sei quantos trabalhadores estão desempregados, quantos já têm subsídio de desemprego, quantos estão no fim, falta muita, e muita informação, e essa informação é essencial, e a começar pelo Governo, o Governo, necessariamente terá de nos dar uma resposta urgente, relativamente à matéria, para não protelar no tempo isto, segundo dado, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que é que nós queremos, sempre o dissemos, queremos que lá, nesta zona, seja reactivado uma empresa de produção, como disse aqui o João Paulo Castanheira, e concordamos, estamos de acordo sobre essa matéria, aquilo não tem um espaço de manutenção, o chamado ferro-velho, ou seja, no fundo, a rotatividade de algumas empresas, estão noutras zonas de Lisboa, que valorizam o potencial de Lisboa, e o chamado ferro-velho vir para a Amadora, não é isso que nós queremos, caso, obviamente, outras soluções não sejam possíveis, a resposta urgente é importante, na medida em que temos também em cima da Mesa e conhecimento, de outra empresa do Concelho que estará interessada forçosamente em alargar as suas áreas, e obviamente com postos de trabalho e em riqueza, e isso nós também portemos para a cidade, por isso o que nós precisamos neste momento, é de respostas, e que as respostas, obviamente sejam rápidas, também ter uma palavra final, para dizer que, obviamente apoiamos todas as iniciativas e todas as reservas que a Câmara Municipal tem tomado sobre esta matéria, e por isso, esta matéria, que de vez em quando aparece em cima da Mesa, sobre a posição da Câmara de parcelar ou desparcelar, é natural que a Câmara não está minimamente interessada para que aquela área seja para interesses, que não são os interesses que todos nós queremos, ou seja, no fundo, reactivar uma zona de produção na Amadora, ou senão, ser um pólo de desenvolvimento industrial com postos de trabalho para a cidade da Amadora, por isso, estamos de acordo, de um modo geral sobre o tema, também apresentámos uma Moção, que pelos vistos, houve aqui uma dificuldade no e-mail da sua entrega, e estamos disponíveis, no fundo, a conversar relativamente ao melhor texto, para chegar aqui a um texto mais consensual sobre o mesmo, não sei o que é que o Senhor Presidente quer fazer relativamente à matéria, mas estamos disponíveis a iniciar umas conversações relativamente ao texto, mas relativamente à matéria, é esta a nossa posição, muito obrigado.”

O **Senhor Presidente da Assembleia** leu a proposta de alteração dos Grupos Municipais do PSD e CDS. (Documento anexo à presente Acta).

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me que comece esta nota, que afinal o episódio inicial, não tinha razão de ser, e o que eu lamento, e não lamento pela parte dos trabalhadores que aqui estão, mas lamento que haja algumas provocações, e atitudes, tidas pelo menos na Assembleia Municipal, que no meu ponto de vista, não beneficiou esta forma como visto pelas Moções apresentadas de atendimento e de preocupações, pelos trabalhadores, e dizer-vos o seguinte, aquilo que eu tenho, e a Câmara tem sempre dito em relação a esta matéria, é sempre a mesma, no passado, quando o Governo era do PSD, e no presente, com o Governo do PS, nós entendemos, e não abdicamos, que aquele espaço, seja um espaço para a fabricação de material circulante, porque todos sabemos as condições que tem, o know-how que tem, e as potencialidades que tem, há uma questão que é clara, também para mim, eu não estou disponível, não defenderei, uma solução, que não passe também pela fabricação de material circulante, não defenderei, não apoiarei, uma solução que apenas passe por uma oficina que os outros não querem, porque além de não trazer nenhum valor acrescentado para a Amadora, não terá nenhum valor acrescentado para os trabalhadores, também não terá no meu ponto de vista, nenhum valor acrescentado para o País, essa é uma questão clara, uma outra nota, tem a ver com, aquilo que é, no meu ponto de vista, uma decisão que é preciso tomar, porque disse-o várias vezes, a Câmara não conhece até hoje, os pontos de referência da promessa de compra e venda, não são obrigados a dar-nos, mas no mínimo, devíamos ter conhecimento, porque quem está de boa fé, num processo tanto de um lado como de outro, em relação à viabilização naturalmente, teria sido, se calhar interessante, termos os termos de referência desse contrato de promessa, e a Câmara mantém outra disponibilidade, e disse isso publicamente, já falámos isso sobre a Câmara, e também disse isso à Bombardie, a Câmara mantém a disponibilidade, não pelos valores que a Bombardie pensa que vale o resto do terreno, mas pelo aquilo que achamos que é justo, a Câmara está disponível, se mais ninguém se quiser chegar à frente, a Câmara está disponível a comprar o terreno de toda a Bombardie, e fazer os acordos que a REFER ou com a CP e com a Sotancro, não tenho nenhum problema, agora, o que não pode servir de pretexto, é que aquilo que fizeram aqui, e muita gente que está aqui sabe isso, tivemos oportunidade de

discutir isso, é que o destaque inicial, depois já houve soluções de destaques diferentes, hipotéticos destaques, eu estou recordado, e alguns que estão aqui, que inicialmente era a parte de produção que foi comprada, mas depois já havia uma versão que já não era essa parte, mas era a parte da Hidrosorefame que ia ser comprada, de certeza que não era para o mesmo projecto, porque a Lei é diferente para o espaço que se compra, o espaço que onde há produção é para continuar a haver produção, se se ia comprar o espaço, a permuta, para o espaço Hidrosorefame, de certeza que não era para a produção, era para outra coisa qualquer, não é essa que interessa à Amadora nem aos trabalhadores, e por isso, eu acho que de uma vez por todas, cada um tem que assumir as suas responsabilidades, eu não sei quem enganou quem, também não me interessa nada disso, seguramente, eu já ouvi tanta coisa, e os trabalhadores também já ouviram tanta coisa, desde logo o chamado pólo tecnológico industrial, que é uma brilhante ideia, enfim, um despacho, que havia para a criação, em que incluía a Câmara, a CP, a REFER, o metropolitano, a Agência Portuguesa de Investimento, etc., nunca avançou, nunca passou de uma ideia que nunca foi posta em prática, depois, naturalmente, e eu acredito, até por em contrário, da boa fé, daquilo que foi o anúncio do Senhor Secretário de Estado, que quando assumiu, nomeadamente, a posição de desapropriação, tendo em conta que, segundo os dados que me tinham dado, para aquele que é chamado ao Governo, naturalmente são os dados fornecidos pela empresa, os que têm a ver com essa matéria, CP, REFER e MEF, também esse, nunca vi esse projecto, nunca vi se o projecto passava por, manter todo o espaço, se passava por manter toda a área, toda a construção edificada lá, se passava por demolir uma parte, por demolir outras, nunca se percebeu isso, ouviu-se várias vezes, várias empresas que trabalham para a CP, para a REFER, e para a MEF, que trabalhavam sobre essa matéria, o que é certo e concreto, é que nunca entrou nada na Câmara, e a única coisa que entrou na Câmara, para espanto, porque quem está de boa fé, tanto para um lado como de outro, se quer fazer um negócio, apenas tem que entregar os documentos necessários para manter um destaque, e foi demonstrado, e os trabalhadores que estão aqui da Sorefame, sabem isso, que a questão, inclusivamente da linha, das tais duas linhas, que não é impeditivo de criar um espaço que permita a ligação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

entre o território, e não é impeditivo, a entrada na mesma, o material que entrava antes na Sorefame, por isso, isso é uma falsa questão, e por isso bastava isso, pedir esse destaque, uma certidão da Câmara e fazer o registo, o que é que fizeram, um pedido de loteamento, bom, não era para a mesma coisa, e há uma coisa que a Câmara fez, e bem, e mesmo aí, nós também não fomos na história, que era a Câmara ficar com o ónus por causa da Câmara que não reprovava e que não tinha viabilizado aquilo que andaram a insinuar ou a prometer, e o loteamento foi metido, o loteamento, foi recusada aquela proposta de loteamento, nós nunca dissemos que aprovámos o loteamento, aquela proposta como estava fundamentada e como estava instruída, não tinha condições de ser aprovada, e dissemos, bom, mas se a questão é onde está, faça o favor, tem todas as condições de fazer o destaque... (mudança de cassete) ...bom, e até quando tenho que fazer o investimento, e há uma coisa que, é mais grave do que está a acontecer, ou tão grave como está a acontecer com a Sorefame, é que não resolvendo nada, nem resolve o problema dos trabalhadores, nem a produção, e estão a contribuir para o afundamento de mais uma empresa do conselho, isso aí alguém tem que tomar uma responsabilidade, e essa responsabilidade, cabe essencialmente a quem tem competência para decidir, não é à Câmara, não é à Assembleia, nem é aos trabalhadores, é ao Governo, porque é o Governo que coordena, e decide a política das empresas, e essa questão, é uma questão que não podemos esquecer, e podem ter a certeza disto, não me irei calar sobre essa matéria, acho que, pior do que tomar uma decisão, seja ela qual for, é não decidir nada, e o que está a acontecer, é que ninguém decide nada, e aquilo que eu sei, até hoje, porque também não me foi mostrado em lado nenhum, qual é o projecto que a CP apresentou à Secretária de Estado, ainda não o vi, nunca o vi, nunca tive em cima da Mesa, porque se querem o apoio da Câmara, inclusivamente para realizar um conjunto de alterações que é necessário fazer, como toda a gente sabe, é preciso fazer umas alterações, no mínimo tinha que ser sérios, e apresentar-nos o projecto, nós não queremos interferir no projecto, não somos nós que definimos se há produção do a, ou se há produção do b, agora, há seguramente, uma boa vontade, que é isto, muita parte daquele território, como sabem, parte das construções que ali estão, umas não estão licenciadas, nem sequer ao menos, o loteamento era possível, porque

há um conjunto de construções que não estão licenciadas, não estão aprovadas, nós demonstrámos disponibilidade até para isso, para em conjunto, procurarmos legalizar aquilo que ficaria, do ponto de vista de produção, e sobre esta matéria, João Paulo Castanheira, dizer o seguinte, uma coisa é a nossa vontade de dizer que nós não aceitaremos mudança do uso do terreno, para coisa que não seja industrial, não, isso é a nossa condição que queremos, o que está no PTM, não é isso, como tu sabes, o que está no PTM, é indústria, terreno, serviços, o que eu acho é que nós temos de alterar rapidamente essa norma, porque a questão do comércio, no meu ponto de vista, naquele local, para nós e para a Amadora, não é o interessante, o interessante, de facto, é a indústria, e há um conjunto de empresas, que tivemos há pouco tempo a possibilidade de ver, e os trabalhadores da Sorefame também o tiveram, que é perto das suas instalações, nomeadamente a FARMA, que ainda há pouco tempo vez um grande investimento, criação de novas tecnologias, mais emprego, e está disponível para mais, por isso há todas as condições para que aquela zona tenha uma nova dinâmica, e que tenha mais emprego, e emprego de ponta também, e é nessa perspectiva que estamos, e é nessa perspectiva que eu estou, e o que eu lamento, penso essa lamentação, permitam-me este desabafo, é que se tenha transformado isto inicialmente, numa guerra, parece que uns são os bons da fita, e outros são os maus da fita, a gente também anda na política há muito tempo, agora permita-me que fale também um bocadinho como um homem da política, que também na política há muito tempo, todos sabemos como é que isto se faz, não vale a pena sermos ingénuos, eu sempre procurei e sempre disse, que estou disponível, nunca quis meter o PS, como sabem, porque houve alturas que fui à Sorefame sozinho, sem o PS atrás, e recusei quando o PS quis ir nessa altura, não vieram antes, também não vêm agora, mas também não sou ingénuo, e por isso acho que há umas posições dalguns elementos, permitam-me a expressão, da CDU, em vez de acalmarem-se, só, naturalmente, conservem também, a espicaçarem os ânimos, e também para poderão criar uma unidade que é importante podemos todos, em relação a este projecto, muito obrigado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado António Tremço: “Acho que não vai ser mais difícil, até porque na primeira fase, Senhor Presidente também estou de acordo, mas estou de acordo, até porque nós apenas limitámos a tentar que a Ordem de trabalhos fosse alterada, depois criou-se aqui um sururu, que não tem nada a ver com a situação, se calhar se tivéssemos ter sido todos, um bocadinho mais cordatos, nada se tinha alterado, portanto, essa responsabilidade não é do a, nem do b, nem do c, é de todos nós, portanto é de todos nós, não é do BE, nem da CDU, nem do PS, somos todos, todos é que fizemos, de facto, aquele sururu todo, portanto Senhor Presidente, não estou nada de acordo com essa primeira parte, em segundo lugar, eu penso que este problema, se a gente fizer um pouco a história, e não vamos fazer história, porque não vamos, se calhar, ter tempo, o Senhor Presidente falou agora, havia um documento que era o tal ponto de desenvolvimento, que o Senhor Presidente tem um documento, eu tenho outro, e vários intervenientes têm documento, que era o tal pólo de desenvolvimento, que entrava em tal instituto de desenvolvimento, aquela história toda, não fomos nós que o fizemos, foi o Governo que o fez, o Senhor Presidente recorda-se, foi o Governo que o fez, que era para avançar o aproveitamento todo de toda a ex-Sorefame, e o Senhor Presidente sabe as voltas que os trabalhadores deram, e reuniões que fizeram, os grupos parlamentares, dentro dos vários Órgãos do Poder, o Ministério da Finanças, bom, um sem fim de rol de reuniões, que deram em zero, portanto os trabalhadores fizeram tudo o que estava ao seu alcance, bom, depois, já não era o pólo de desenvolvimento, era outra história qualquer, e vê-se por aí fora, e foi uma situação muito complicada, mas eu depois já lá irei, em relação ao Deputado Guarita, os trabalhadores que foram despedidos, portanto nunca existiu a Hidrosorefame, a ABB é que dividiu a Sorefame em duas, formou uma Hidrosorefame, fazia a parte de energia, e formou a parte de ferroviária que era a Sorefame, portanto, quando a ABB formou essas duas empresas, era para rapidamente acabar com a parte de energia, era o que lhe interessava, e foi isso que fez, por outro lado, os trabalhadores que saíram da ex-Sorefame nunca andaram a nadar nas gravuras de Foz Côa, o Senhor está enganado, nessa altura quem era o Ministro, na altura era o Mira Amaral, o Senhor vá perguntar ao Senhor Mira Amaral, como Ministro, vá perguntar ao Senhor Mira Amaral, qual era a posição,

tenham calma, tenham calma, foi o Governo, então quem é que fechou, mas os Senhores não me deixaram acabar, eu estou a perguntar para irem perguntar ao Senhor Ministro Mira Amaral, qual foi a posição que os trabalhadores da Hidrosorefame, nessa altura, tomaram em relação àquilo, então o Senhor está enganado, porque os trabalhadores da Sorefame, nessa altura, estavam apenas a fazer essa barragem, e foi ao terminar essa barragem, que deu a possibilidade da ABB fechar completamente a Hidrosorefame, portanto, os trabalhadores não estiveram de acordo, só para dizer que o Senhor está enganado, que os trabalhadores nunca estiveram de acordo, mas vieram para a rua porque a empresa fechou, lembra-se, lembra-se, então não se lembra, não se lembra porque o Senhor come muito queijo, apenas quis ressaltar, que os trabalhadores nessa altura, tiveram uma posição clara e inequívoca em relação a isso, e posso-lhes dizer que fizeram vários comunicados, fizeram várias manifestações, fizeram tudo, não vale a pena voltarmos ao passado, mas a CDU não tem nada a ver com isto, vamos lá ver se a gente se entende, estamos a falar na Sorefame, e estamos a falar nos Órgãos da Sorefame, os Senhores estão a misturar alhos com bugalhos, estamos a falar nos Órgãos da Sorefame, não estamos a falar em Partidos, eu estou a dizer, que nessa altura os Órgãos da Sorefame, tomaram posição, em relação a esta situação, mais nada, acabou, não falei em mais nada agora, bom, já falei por aqui, em relação, há uma situação que nós gostávamos de clarificar, desde o princípio, que fomos informados, que havia um documento de compra e venda, de 45% da parte das instalações ferroviárias na Amadora, nós insistimos que o governo, rapidamente, passasse à outra fase, a outra fase, era que obriga-se a Bombardie a fazer o destaque da parcela que foi vendida, para rapidamente avançar com a escritura, e é isso que estamos a discutir agora, aqui, estamos a discutir aqui, é simplesmente isto, é que o Governo comprou 45% por intermédio da REFER, à Bombardie, há um documento de compra e venda, eu também nunca o vi, o Senhor Presidente nunca o viu, eu também não o vi, temos que acreditar no Governo, até porque isto é público, então se é assim, rapidamente se avance com o destaque da parcela que foi vendida, temos que avançar com a escritura, é só isto que estamos a discutir, e agora vamos para a outra parte, a outra parte que vem a seguir agora, é o aproveitamento das instalações da capacidade instalada, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

continuar a fabricar material ferroviário, isso estamos todos de acordo, até podemos dizer, afinal, a nossa Moção tinha razão de ser, a Moção que apresentámos tinha razão de ser, não é, porque de facto, o que estávamos a discutir, era zero, se nós não tivéssemos apresentado a Moção, estávamos a discutir zero, não havia nada para aprovarmos na Assembleia Municipal, a Moção que apareceu do Partido Socialista, nós até estamos de acordo, é igual à nossa, praticamente, se lerem uma e outra, é igual, apenas aparecem numa situação diferente agora, não é, porque é o problema da Sotancro, que aparece agora com gravidade que nós não tínhamos conhecimento, tivemos conhecimento nesta última reunião, que tivemos com o Senhor Presidente, mas em relação à do PSD e do CDS, também não há diferenças muito grandes, para a gente não chegar rapidamente a um consenso e fazer uma Moção, que dê, de facto, a possibilidade de ser aprovada por todos em conjunto, e que a partir de agora a Assembleia Municipal ter um papel mais interventivo, e ainda mais importante, já que a própria Assembleia Municipal está a sugerir uma reunião com a Secretária do Estado, no sentido da qualificação da situação, e de rapidamente se avance para aquilo que se tem que avançar, que é a escritura, que é a reabertura da empresa, para que possa novamente fabricar material ferroviário, é isso que estamos todos de acordo, então agora, na minha opinião, acho que temos condições para rapidamente fazer uma Moção consensual e aprovarmos essa Moção.”

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente, eu não vou aqui mencionar aquilo que o Senhor Deputado disse, eu quero falar de outra questão, que é, não me parece que haja nenhum outro caminho, que é senão duas hipóteses para que a Sorefame, ou como uma outra empresa que decorra da Sorefame, ou uma empresa que decorra de uma empresa que fabrique material circulante, possa sobreviver em Portugal, só pode sobreviver de duas formas, sejamos claros, se o Governo Português deixar de se investir nos caminhos-de-ferro, só pode sobreviver assim, se o Governo Português deixar de ter orientações estratégicas, e passar a investir nos caminhos-de-ferro, em novas linhas, na renovação de linhas, em material circulante, de há anos a esta parte que o Governo Português, incluindo o Governo do meu

Partido, PSD, não faz outra coisa que não seja renovar material da Sorefame construído há décadas atrás, e que está agora a ser utilizado por essas linhas fora, o ultimo material circulante produzido em Portugal, para caminho-de-ferro pesado, foi construído por vós, pelos trabalhadores que aqui estão, na Bombardie e está no Porto, nas linhas urbanas do Porto, só pode haver solução para o transporte, para material ferroviário em Portugal, se o Governo Português e a CP investir em material circulante, sem esta questão, não pode haver solução nenhuma, porque nenhuma empresa sobrevive sem ter encomendas, e as encomendas não existem se não houver investimento, quem pode investir neste caso, é o Governo Português, em segundo, e esta segunda questão decorre da primeira, e sejamos claros, e sejamos realistas, o Governo Português tem na sua mão a capacidade, de qualquer novo concurso de material circulante, ou qualquer nova obra relacionada com os caminhos-de-ferro, de reforçar as empresas que constroem material circulante, como a Austro, como a Bombardie, como ACAV, ou como outras que existem a produzirem em Portugal, uma parte daquilo que vêm trazer para Portugal, isto é uma prerrogativa que o Governo já disse, este e outros, também o meu Governo disse que não podia exercer porque a Comissão Europeia o impedia, o que é uma mentira, porque em Espanha, desde 92 que se constrói uma rede de alta velocidade, em que o material circulante é construído em parte em Espanha, e esta é que é a diferença, portanto sejamos realistas, só existem dois caminhos para salvar uma empresa, ou para trazer novamente uma empresa à tona, é ser o Governo Português a tomar iniciativa e a forçar a que o investimento no caminho-de-ferro tem continue a ser feito, e não foi, está congelado, temos agora o projecto faraónico do TGV, não foi, está congelado, deixámos de investir, este é o ano de menor execução da REFER, de todos os últimos anos, deixámos de investir em caminhos-de-ferro, deixámos de investir em material circulante, eu dou-vos um exemplo, ainda hoje, soubemos da notícia duma empresa chamada GEOFER, que é a fabricante das travessas de betão que são colocadas debaixo dos carris, que vai também fechar, meus amigos, tal como estes trabalhadores, os 40 trabalhadores que ainda estavam na GEOFER, até ao dia de hoje, vão ter que deixar a empresa, e sabem porquê, porque o Governo Português deixou de investir na renovação das linhas que ainda temos, prefere



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

fechá-las, tal como diz que vai fechar a linha do Tua, vai fechar o que ainda existe da linha do antigo Sabor, vai fechar a linha que liga Cantanhede, e fechará outras linhas, porque havemos num futuro longínquo de construir um TGV, e o problema é esse, deixemo-nos de palácios, o problema é saber, se o Governo Português está ou não está interessado em investir em material circulante, em investir m caminhos de ferros, na renovação do pouco caminho-de-ferro que ainda temos, e tornar isso prioritário, só assim podemos salvar empresas, e só assim podemos devolver a estas pessoas o emprego que em tempos tiveram, não é com outro tipo de demagogias.”

Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação.

A Moção foi aprovada por unanimidade. (Documento em anexo à presente Acta.)

Antes de dar por encerrado os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do **Senhor Presidente da Assembleia**, as minutas da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do nº.3 do Artº. 92 da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 41 membros presentes.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 24H00.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia** e por mim, Rui Miguel Queirós Correia, 1º Secretário, que a redigiu.